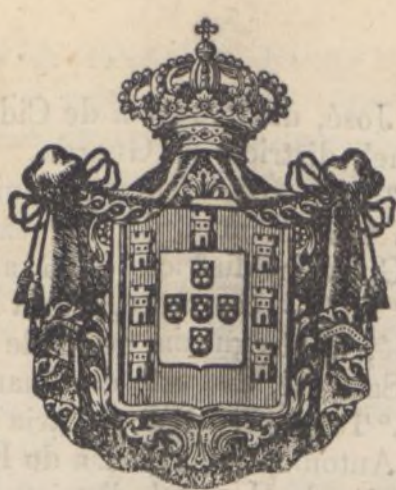


Por um anno 10\$000
Por seis meses 5\$600
Por tres meses 3\$400

Avulso por folha 4040
Anuncios, por linha 4060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



Por um anno 12\$000
Por seis meses 6\$600
Por tres meses 3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha 2060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

2.ª Repartição—1.ª Secção

Tendo sido presentes a Sua Magestade El-Rei pelo socio da academia real das sciencias de Lisboa, José da Silva Mendes Leal Junior, as ponderosas rasões que expoz, em officio de 13 de janeiro de 1859, mostrando a impossibilidade de apresentar em cada anno um volume da historia de cosmographia e cartographia, principiada pelo fallecido visconde de Santarem, e cuja continuação lhe fora incumbida por decreto de 7 de outubro de 1857; e

Considerando que nos apontamentos deixados pelo auctor, faltava a ligação de assumptos e de idéas, indispensavel para a publicação de qualquer volume, sem prévios estudos e investigações;

Considerando que muitas referencias e citações estão completamente desacompanhadas de documentos de cosmographia e de geographia, que o escriptor teve presentes, mas de que nem apparecem copias nem autographos, nascendo d'ahi a difficuldade de continuar obra tão vasta, supprindo-a em repetidas omissões do original;

Considerando igualmente a conveniencia de fixar um prazo razoavel para a publicação de cada um dos volumes, e tendo em vista que o quarto tomo da obra já se acha ordenado e prompto para a impressão:

Ha por bem o mesmo augusto senhor, conformando-se com o parecer do conselho geral de instrução publica exarado em consulta de 19 de abril ultimo, conceder ao mencionado socio da academia real das sciencias, para as averiguações, estudos e redacção de cada um dos dois tomos seguintes, o prazo de dois annos completos, a contar da data d'esta portaria, com a mesma gratificação que lhe foi arbitrada pelo citado decreto de 7 de outubro de 1857, paga em vinte e quatro prestações mensaes de 25\$000 réis cada uma, com todas as mais condições estabelecidas n'aquelle decreto, e assignando o competente termo n'esta secretaria d'estado, em que se obriga pelo inteiro desempenho d'esta importante commissão. O que assim se participa ao referido socio da academia real das sciencias de Lisboa, José da Silva Mendes Leal Junior, para seu conhecimento e devida execução.

Paço das Necessidades, em 1 de maio de 1860. —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

3.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei, sendo-lhe presente a duvida suscitada pelo governador civil do districto de Castello Branco, sobre se devem ser legalizados previamente os donativos offerecidos pelas camaras municipales e juntas de parochia, para ajuda de escolas de ensino primario que de novo se pretendam estabelecer, ou então quando forem approvados os organogramas d'aquellas corporações, e depois que for decretada a criação das escolas, conforme se deduz dos artigos 2.º do decreto de 20 de dezembro de 1850, e 133.º n.º 11.º do código administrativo;

Considerando que as deliberações das camaras municipales e das juntas de parochia, em que se compromettam a satisfazer certos donativos, importam visivelmente a alienação dos bens que administram, e portanto necessitam de previa autorização superior nos termos dos artigos 124.º e 318.º do código administrativo;

Considerando que as offertas das municipalidades e das parochias, a beneficio das escolas publicas, não podem entrar na classe das despesas obrigatorias, para os effeitos do artigo 133.º n.º 11.º e 319.º n.º 7.º do código administrativo, sendo depois de terem recebido a sanção legal, pois que, se esta for negada pelas autoridades competentes, ficam taes offertas como se não existissem e de nenhum effeito;

Considerando que o artigo 2.º do decreto de 20 de dezembro de 1850 não tem applicação aos offerecimentos espontaneos, de que se trata, nos quaes se comprehendem não só casa, mobilia e utensilios para assento e exercicio das escolas, mas algumas vezes subsidios pecuniarios a favor dos professores;

Ha por bem, conformando-se com o parecer do ajudante do procurador geral da coroa, resolver e ordenar que todas as vezes que pelas camaras municipales e juntas de parochia sejam offerecidos alguns donativos, para auxilio e sustentação de novas escolas primarias, os governadores civis facam legalisa-los por accordo do conselho de districto, ou por alvará seu, a fim de que, assim legitimados, possam posteriormente tornar-se exigiveis e realisaveis, quando se crearem as cadeiras para que esses donativos sejam applicados.

Paço, 19 de maio de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOZ NACIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSOES

NA POSSER E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,

COM APPLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, e com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observan-

vancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837, e mais disposições posteriores.

Lista 4729

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 26 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 2.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE COIMBRA

CONSELHO DE COIMBRA

Inventario n.º 423

27091 Fóro de um alqueire e tres quartilhos de azeite annualmente, pago ás safras, imposto em um olival, no sitio do Rego de Bemfins, limite de Coimbra, que parte do nascente com o doutor Joaquim Manuel: praso foteosim. Emphyteuta João Antonio da Quinta Nova—16\$500.

Inventario n.º 426

27092 Fóro de seis maquinas de pão, imposto em quatro agulhadas de terra no casal de Silveas, termo de Coimbra. Emphyteuta o visconde de Taveiro—2\$120.

27093 Fóro de quatro maquinas e meia de pão, imposto em tres agulhadas de terra no casal de Silveas, termo de Coimbra, que partem do nascente com o casal de Santa Clara de Coimbra. Emphyteuta Joaquim de Freitas Carramanno—1\$600.

27094 Fóro de seis maquinas de pão, imposto em quatro agulhadas de terra no casal de Silveas, termo de Coimbra, que partem do nascente com o casal de Lorvão. Emphyteuta Rosa Carvalho, viuva—2\$120.

27095 Fóro de cinco maquinas e um quarto de pão, imposto em tres agulhadas e dois covados de terra no casal de Silveas, termo de Coimbra, que partem do nascente com Joaquim Canaes de Campos. Emphyteuta Rosa Carvalho, viuva—1\$892.

27096 Fóro de sete maquinas e meia de pão, imposto em cinco agulhadas de terra no casal dos Freixos, termo de Coimbra, que partem do poente com terra da capella da Victoria. Emphyteuta Pedro José Ferreira Coelho—2\$652.

27097 Fóro de sete maquinas e meia de pão, imposto em cinco agulhadas de terra no casal dos Pateiros, termo de Coimbra, que partem do poente com terra da capella da Victoria. Emphyteuta Luiz Antonio de Carvalho e Manuel Gaspar da Rosa—2\$652.

27098 Fóro de sete maquinas e meia de pão, imposto em cinco agulhadas de terra no casal dos Pateiros, termo de Coimbra, que partem do poente com terra da capella da Victoria. Emphyteuta Joaquim Vinagre Mano—2\$652.

27099 Fóro de sete maquinas e meia de pão, imposto em cinco agulhadas de terra no casal dos Pateiros, termo de Coimbra, que partem do poente com terra da capella da Victoria. Emphyteutas Adelaide e Adelino Mendes Cabeça—2\$652.

27100 Fóro de seis maquinas de pão, imposto em quatro agulhadas de terra no casal dos Pateiros, termo de Coimbra, que partem do poente com terra da capella da Victoria. Emphyteuta José Flores—2\$120.

27101 Fóro de quatro maquinas e meia de pão, imposto em tres agulhadas de terra no casal dos Pateiros, termo de Coimbra, que partem do poente com terra da capella da Victoria. Emphyteuta Antonio da Costa e Silva—1\$600.

27102 Fóro de 15 réis, imposto em vinte e uma agulhadas e quatro covados e meio de terra areada no casal dos Pateiros, termo de Coimbra, que partem do poente com terra da capella da Victoria. Emphyteuta Joanna Fonseca—2\$5.

27103 Fóro de seis maquinas e tres quartos de pão, imposto em quatro agulhadas e dois covados e meio de terra no casal da Mealha, termo de Coimbra, que partem do nascente com o visconde de Maiorca. Emphyteuta Manuel Ferreira da Rosa—2\$400.

27104 Fóro de 4 réis, imposto em um covado e tres dezenas de terra no casal de S. Thiago, termo de Coimbra, que parte do poente com Manuel Martins Ferreira. Emphyteuta João da Cruz—60.

27105 Fóro de nove maquinas de pão, imposto em seis agulhadas de terra no casal de S. Thiago, termo de Coimbra, que partem do nascente com terra de Santa Clara. Emphyteuta José Correia, por alcuha o Capoeiro—3\$12.

27106 Fóro de duas maquinas e um quarto de pão, imposto em uma agulhada e quatro covados de terra no casal de Silveas, termo de Coimbra, que partem do nascente com Joaquim Canaes de Campos Vieira. Emphyteuta Antonio da Costa e Silva—760.

Inventario n.º 422

27107 Fóro annual de alqueire e meio de azeite, e tres quartos de um frangão, sendo o azeite pago ás safras, imposto em um olival no sitio da Mainça, limite de Coimbra: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Pontes de Almeida e outros da cidade de Braga—22\$600.

Inventario n.º 406

27108 Fóro de 12 réis, e tres quartos de uma gallinha, imposto em tres moradas de casas no lugar de Lordemão, termo de Coimbra, que partem com o rocio e com diversos. Emphyteuta Antonio Dias—1\$220.

Somma R. 68\$997

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei. Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 15 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

Lista 4730

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 21 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 2.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE COIMBRA

CONSELHO DE COIMBRA

Inventario n.º 422

27109 Fóro annual de meio alqueire e quartilho e meio de azeite, pago ás safras, imposto em um olival, sito em Valle de Gemil, termo de Coimbra: praso em vidas. Emphyteuta Joaquim Augusto—8\$232.

27110 Fóro annual de nove quartilhos de azeite, tres quartos de uma gallinha, e tres quartos de um frangão, sendo o azeite pago ás safras, imposto em um olival nas Quebradas, junto a Santo Antonio dos Olivares, termo de Coimbra: praso em vidas. Emphyteuta José Joaquim da Motta—7\$200.

27111 Fóro annual de meio alqueire e quartilho e meio de azeite, pago ás safras, imposto em um olival no Ingote, ou Valle de Figueira, termo de Coimbra: praso em vidas. Emphyteuta o doutor Miguel Ribeiro de Vasconcellos—8\$232.

27112 Fóro de 750 réis, imposto em onze agulhadas de terra, no Campo de S. Martinho do Bispo, e sitios do Cadouço e Valle de Ruim, termo de Coimbra. Emphyteuta Manuel Luiz Ligeiro—11\$250.

27113 Fóro de 750 réis, imposto em uma vinha em Valle de Tola, limite de Sarnache, termo de Coimbra, que parte com o doutor Luiz da Costa, e em um pinhal na Cabeça da Junqueira, que parte com Manuel Simões Parolla. Emphyteuta Joaquim de Oliveira Cardoso—11\$250.

27114 Fóro de 225 réis, imposto em umas casas, sitas no terreiro das Olarias, em Coimbra. Emphyteuta José Joaquim Pessoa—3\$375.

27115 Fóro de 450 réis, imposto em umas casas, sitas no adro de Santa Justa, a Velha, em Coimbra. Emphyteuta D. Maria Estelita de Castilho Gato—6\$750.

27116 Fóro de oito alqueires e uma quarta de pão meado, e quinze maquinas de trigo, imposto em um casal chamado da Povoa e Lomba, que se compõe de setenta e tres propriedades, no limite do lugar de Logo de Deus, termo de Coimbra, possuida por varios inquilinos, e de que são cabeceira, Henrique, José Serra e Joaquim Carvalho—54\$160.

27117 Fóro de 300 réis, imposto em uma vinha

na Mainça, limite de Coimbra, que parte com estrada que vae para Valle de Custas. Emphyteuta José Leandro de Magalhães—4\$500.

27118 Fóro de 450 réis, imposto em uma morada de casas, sitas na rua Nova, em Coimbra. Emphyteuta José Pessoa da Silva Arnaut—6\$750.

Inventario n.º 406

27119 Fóro de tres alqueires e tres quartas de trigo, e seis alqueires de pão meado, imposto em um casal chamado das Vinhas Velhas Sargaçal e Sargueira, que consta de setenta e tres propriedades, tudo situado onde chamam o Logo de Deus, termo de Coimbra. Emphyteuta Antonio Simões (tem consortes)—5\$680.

27120 Fóro de tres quartos de um cabrito, imposto no casal da Lomba do Pombal, sito no limite de S. Paulo, termo de Coimbra, composto de varias propriedades que partem do poente com o casal da Rocha Velha. Emphyteuta, a viuva de João Madeira—1\$680.

27121 Fóro de uma gallinha e um oitavo, imposto em umas casas no lugar de Lordemão, termo de Coimbra, que partem do nascente com o lugar do collegio extincto de S. Bernardo. Emphyteuta Domingos de Mattos—1\$800.

Inventario n.º 426

27122 Fóro de tres maquinas de pão, imposto em duas agulhadas de terra no casal da Tasneira de Baixo, termo de Coimbra, que partem do nascente com Joanna Gomes. Emphyteuta Joaquim Ferreira Fresco—1\$052.

27123 Fóro de maquia e meia de pão, imposto em uma agulhada de terra no casal da Tasneira de Baixo, termo de Coimbra, que parte do nascente com Maria Jorge Tanoeira. Emphyteuta Maria Leal—1\$200.

27124 Fóro de sete maquinas e meia de pão, imposto em cinco agulhadas de terra no casal da Tasneira de Baixo, termo de Coimbra, que partem do nascente com Manuel Simões da Cruz. Emphyteuta Maria Leal—2\$652.

27125 Fóro de maquia e meia de pão, imposto em uma agulhada de terra no casal da Tasneira de Baixo, termo de Coimbra, que parte do poente com José Monfiores. Emphyteuta Maria Leal—532.

27126 Fóro de quatro maquinas e sete oitavos de pão, imposto em tres agulhadas de terra no casal das Nogueiras e Bajouco, termo de Coimbra, que partem do nascente com Manuel Gaspar. Emphyteuta Joaquim dos Santos Rosa—1\$746.

27127 Fóro de tres maquinas de pão, imposto em uma agulhada e cinco covados e meio, e dezena e meia de terra, no casal das Nogueiras e Bajouco, termo de Coimbra, que parte do nascente com terra de Lorvão. Emphyteuta Joaquim Maravilha—1\$052.

27128 Fóro de seis maquinas de pão, imposto em quatro agulhadas de terra no casal das Nogueiras e Bajouco, termo de Coimbra, que partem do nascente com Joaquim do Valle. Emphyteuta Manuel Martins Ferreira—2\$120.

27129 Fóro de sete maquinas e meia de pão, imposto em cinco agulhadas de terra no casal das Nogueiras e Bajouco, termo de Coimbra, que partem do nascente com Joaquim do Valle. Emphyteuta José Antonio Machado—2\$652.

Somma R. 197\$865
Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 15 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

Relação n.º 918, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues aos interessados, em conformidade das respectivas instruções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO				OBSERVAÇÕES
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DOS AGRACIADOS	CLASSIFICACÃO A QUE FICAM PRETENDENDO	
ANNUAL	ANNUAL	ANNUAL	ANNUAL	ANNUAL	ANNUAL	
11:872	11:871	Pensões	38	Francisca Theresa da Conceição e Silva	Pen.ª sem consideração	40\$000
				João Victorino Pereira da Costa	Idem de consideração	162\$000
						3\$333
						13\$500

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 19 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomaz de Faria Aguiar.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

N.º 49

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 19 de maio de 1860

ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

CARTA DE LEI

DOM PEDRO, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geras decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º E o governo autorisado a conceder aos officiaes e mais praças, facultativos e empregados de saude, officiaes de fazenda militar, e capellães, que compozerem o destacamento destinado á provincia de Angola, as seguintes vantagens:

1.ª Para reforma, para baixa, para concessão de condecorações ou passagem a veteranos, o dobro do tempo que decorrer desde o dia em que o destacamento sair do porto de Lisboa até aquelle em que no seu regresso desembarcar em Portugal.

2.ª O dobro do respectivo vencimento de soldo, gratificação e pret, durante o referido tempo.

Art. 2.º Aos individuos especificados no artigo antecedente, que se impossibilitarem no serviço, e ás familias dos que fallecerem por effeito de ferimento em combate, por desastre, ou por molestias endemicas devidamente comprovadas, serão applicadas as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827.

Art. 3.º Aos officiaes e mais praças da armada, que tomarem parte nas operações de terra na mencionada provincia, e bem assim ás familias d'estes, serão extensivas as vantagens concedidas n'esta lei.

1.ª As disposições do artigo 2.º serão tambem applicadas aos militares pertencentes ás tropas de Angola, que desde a data da publicação d'esta lei se impossibilitarem do serviço por effeito de ferimento em combate.

2.ª As familias dos militares nas circumstancias do § antecedente, que fallecerem por effeito de ferimento em combate, serão tambem applicaveis as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario. Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra, e o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e do ultramar, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, em 11 de maio de 1860.—EL-REI, com rubrica e guarda.—Visconde da Senhora da Luz—José Marcellino de Sá Vargas.

DECRETO

Hei por bem nomear vogal supplente do supremo conselho de justiça militar, o brigadeiro Luiz Antonio de Mesquita Cabral de Almeida.

O ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 15 de maio de 1860.—REI—Visconde da Senhora da Luz.

PORTARIA

Ministerio da guerra—1.ª direcção—3.ª repartição.—Sua Magestade El-Rei, desejando aproveitar, quanto possivel, as primeiras capacidades militares do paiz, para a prompta confecção de um bem elaborado plano geral de defeza, e confiando na provada intelligencia, zé e patriotismo do tenente general, visconde de Sá da Bandeira, e do marechal de campo, José Maria Baldy: ha por bem determinar, pela secretaria d'estado dos negocios da guerra, que elles facam parte da commissão, que, por portaria de 23 de maio do anno proximo findo, foi encarregada de proceder aos estudos sobre que deve basear-se aquelle plano de defeza.

Paço, em 14 de maio de 1860.—Visconde da Senhora da Luz.

Por decretos de 8 do corrente mez:

Foro de Nossa Senhora da Graça

Exonerado do exercicio de governador, o brigadeiro graduado de infantaria, Joaquim Antonio de Abreu Castello Branco.

Governador, o brigadeiro Frederico Leão Cabreira.

Por decreto de 16 do dito mez:

Disponibilidade

Tenente graduado, o tenente graduado de infantaria, Henrique Carlos Henriques, que se achava em inactividade temporaria, sem vencimento.

Inactividade temporaria

Capitão, o capitão do regimento de cavallaria n.º 7, Proffrio de Sousa Rodrigues de Oliveira, sem vencimento, pelo requerer.—Visconde da Senhora da Luz.

Está conforme.—O chefe interino da 1.ª direcção, D. Antonio José de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

3.ª Direcção

Annuncia-se, na conformidade da carta de lei de 24 de agosto de 1848, que Manuel Soares requereu para que se lhe mandem pagar os vencimentos, que ficaram em divida a seu filho Carlos Soares Teixeira, segundo grumete n.º 58, da segunda companhia do corpo de marinheiros, fallecido na estação naval de Moçambique: a fim de que qualquer pessoa, que se julgue com melhor direito, o venha declarar dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este annuncio.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e do ultramar, 3.ª direcção, em 22 de maio de 1860.—O director, Joaquim Dias Torres.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Em additamento ao annuncio transcripto no Diario de Lisboa n.º 78, de 4 de abril ultimo, acerca do naufragio da barca portugueza Linda, faz-se publico para conhecimento dos interessados, que por officio do consulado de Portugal no Maranhão, datado de 16 de março ultimo, consta ter-se salvado uma porção de volumes com azeite, vinho, salnagre, carne de porco e cera, tudo pertencente á carga d'aquelle navio, havendo os referidos artigos sido vendidos em leilão publico por conta de quem pertencesse.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 18 de maio de 1860.—Emilio Achilles Monteverde.

Em officio datado de 30 de março ultimo participou o encarregado de negocios e consul geral de Portugal nas republicas do Rio da Prata,

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA
Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa do movimento dos cereaes, e seus preços, em maio de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.
Dia 10	(Entrada)	21	21	16	8	—	—	—	—	8	22
	(Saída)	338	26	—	—	—	—	—	—	—	—
	Existencia	18583	5	614	22	992	51	566	43	378	43
Dia 11	(Entrada)	16	14	—	—	264	26	—	—	18	—
	(Saída)	88	15	24	56	97	56	91	22	1	—
	Existencia	17984	44	608	29	1113	31	566	43	304	21
Preços		620 a 770		360 a 420		410 a 500		—		—	
Dia 14	(Entrada)	162	42	7	—	—	—	—	—	—	—
	(Saída)	22	20	19	44	39	82	—	—	—	—
	Existencia	17783	36	583	46	985	18	566	24	304	21
Dia 15	(Entrada)	18	41	4	42	—	—	—	—	—	—
	(Saída)	38	13	8	42	6	10	—	—	—	—
	Existencia	17410	24	571	19	979	8	566	24	304	21
Preços		620 a 760		380 a 410		400 a 500		—		—	

Repartição de agricultura, em 19 de maio de 1860. — *Rodrigo de Moraes Soares.*Repartição do commercio e industria
1.ª Secção

Nota dos preços correntes dos fundos publicos na praça de Londres, em 16 de maio de 1860

Consolidados	(em dinheiro)	94 3/4 a 95
Fundos da India	(em conta)	94 3/4 a 95
		106 3/4 a 106 3/4

FUNDOS ESTRANGEIROS

Austriacos	de 5 por cento	— a —
Belgas	de 2 1/2	97 a 99
	de 4 1/2	90 a 91-90 3/4
Brazileiros	de 1852	90 a 91
	de 5 por cento	99 a 101
	de 6	104 a 106
Chilenos	de 3	71 a 73
	de 4 1/2	86 a 87
Dinamarqueses	de 3	—
	de 2 1/2	65 a 67
Allemaes	de 4	100 a 102
Mexicanos	de 3	21 1/4 a 21 1/2-21 3/4
Peruvianos	de 4 1/2	91 a 92
	de 3	69 1/2 a 70 1/2
	de 3	64 1/2 a 64 3/4
Russos	de 4 1/2	97 a 98-97 1/2
	de 5	107 a 109
Sardos	de 5	84 1/2 a 85 1/2
	de 3	47 a 48
Hespanhoes	diferida	36 1/2 a 37 1/2-36 3/4
	passiva	14 1/2 a 15 1/2
	certificados	4 1/2 a 5
	interna, de 3 por cento	75 1/2 a 76 1/2-75 3/4
	de 4	101 1/2 a 101 3/4
Turcos	de 1858, de 6 por cento	59 1/2 a 59 3/4-59 1/4
	de 1853, de 3	44 1/2 a 45 1/2
Portuguezes	de 1856-1857-1859	44 a 45
	diferida	— a —

Emprestimo brasileiro de 4 1/2 por cento — 4 1/4 des. — 1/4 premio.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 22 de maio de 1860. — *João Palma de Faria Lacerda.*SECÇÃO DO CONTENTIOSO ADMINISTRATIVO
DO CONSELHO DE ESTADO

Recurso n.º 880 — recorrente, a junta de parochia da freguezia dos Juncas — recorridos, os moradores da freguezia da Jejuia — relator, o ex.º conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcellos.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado na secção do contentioso administrativo, sobre o processo em que é recorrente a junta de parochia dos Juncas, e recorridos os moradores da Jejuia, concelho de Celorico da Beira, distrito da Guarda;

Mostra-se que os recorridos, julgando-se injustamente vexados pelas posturas municipaes que lhes encimavam os gados na passagem para as suas terras da Jejuia, pediram á camara que, em presença dos titulos e do terreno, extremasse e fixasse os limites das duas freguezias;

Mostra-se que no acto de vistoria a que se procedeu, e que foi ultimada por mandato do conselho de distrito, apresentaram os recorridos uma provisão do desembargo do paço, datada de 9 de junho de 1854, e transcripta a fl. 10, pretendendo que por ella fossem determinados e rectificados os limites das duas parochias, e que os recorridos impugnaram esta pretensão, allegando ter sido passada a provisão somente para designar as terras da commenda de Santa Eulalia;

Mostra-se que não parecendo concordar as declarações dos peritos que intervieram na vistoria, não se julgando a camara sufficientemente habilitada para decidir a questão, e sendo levado o processo ao conselho de distrito, decidira este no accordo de fl. 8, que, por se não mostrar claro o direito dos recorridos sobre os terrenos e pastos, cujo dominio e posse requiriam, faltava o fundamento solido para determinar administrativamente qualquer alteração nos limites, e que só ao poder judicial, segundo o artigo 3.º, § 1.º, da lei de 26 de julho de 1850, competia decidir a questão pelos meios competentes. Na petição de recurso interposto d'este accordo, mostra-se allegarem os recorridos, que os limites das duas freguezias estavam bem designados, e foram evidentemente reconhecidos na vistoria — que se não tratava de alterar, mas sim de manter esses limites — que não carecia o negocio de mais amplas indagações, e que lhe não era applicavel a disposição da lei de 26 de julho de 1850, invocada pelo conselho de distrito, mas só a do artigo 310.º do codigo administrativo;

Mostra-se allegarem os recorridos a fl. 41, que na citada carta de lei, e no artigo 284.º do codigo, é que se acha estatuida a jurisprudence relativa ao caso, por quanto, tratando-se de saber quem tem direito de posse e de propriedade, e pretendendo-se derivar esse direito de um titulo, cuja insufficiencia é allegada pela outra parte, compete a decisão somente aos tribunaes de justiça;

Mostra-se da informação do conselho de distrito referir-se elle aos fundamentos do accordo, que são combatidos pelo advogado dos recorridos a fl. 62, e novamente sustentados a fl. 69 por parte dos recorridos.

O que tudo visto:

Considerando que o fundamento com que os recorridos pedem a rectificação dos limites das duas freguezias procede essencialmente da provisão sobredita de 9 de junho de 1854;

Considerando que, pela inspecção ocular feita nos terrenos, a camara municipal se não julgou habilitada para fixar esses limites;

Considerando que os recorridos impugnaram a validade da mesma provisão para o caso de que se trata, pretendendo que ella fora expedida para o fim especial de designar as terras da commenda de Santa Eulalia, e de nenhum modo para fixar os limites entre as freguezias;

Considerando, finalmente, que também sobre a posse ha verdadeira controvérsia entre os recorren-

tes e os recorridos, e que por isso tem clara applicação o artigo 284.º do codigo administrativo, que submete similhantes questões aos tribunaes das justicias ordinarias;

Hei por bem, conformando-me com a consulta em que interveiu o ministerio publico, denegar provimento no recurso.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 23 de janeiro de 1860. — *REI.* — *Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme. — *Antonio de Robredo.*

Está conforme. — Secretaria do conselho d'estado, em 9 de maio de 1860. — *José Gabriel Holbeche,* secretario geral.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.º conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 9 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 27 de abril do corrente anno do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contentioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento abaixo relacionados: hei por bem dar provimento nos mesmos recursos, a fim de que os respectivos mancebos fiquem isentos do serviço militar, para que foram recrutados no presente anno.

Recurso n.º 82 — recorrente, João Martins, por seu filho João, da freguezia de Pedregão Pequeno, concelho da Certã, distrito de Castello Branco.

Recurso n.º 125 — recorrente, João Martins, filho de Manuel Martins, da freguezia de Lameiras, concelho de Pinhel, distrito da Guarda.

Recurso n.º 266 — recorrente, Anna Margarida, por seu filho Manuel da Silva, da freguezia de S. João da Foz do Douro, terceiro bairro do distrito do Porto.

Recurso n.º 270 — recorrente, José da Silva, filho de Manuel José da Silva S. Martinho, da freguezia da Victoria, terceiro bairro do distrito do Porto; em todos quatro, porque não pertence ás commissões districtaes annullar as isenções concedidas pelas camaras municipaes, em virtude da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 124 — recorrente, Manuel Soeiro, filho de Antonio José Dias, da freguezia de Santa Eufemia, concelho de Pinhel, distrito da Guarda.

Recurso n.º 141 — recorrente, Antonio Luiz Soares, por seu filho Antonio Manuel Soares, do lugar da Freixeda de Torralva, concelho da Figueira de Castello Rodrigo, distrito da Guarda; n'estes dois por não terem os recrutados a idade legal.

Recurso n.º 85 — recorrente, Francisco Martins da Silva, filho de Manuel Martins, da freguezia de Pedregão Pequeno, concelho da Certã, distrito de Castello Branco.

Recurso n.º 121 — recorrente, Manuel dos Santos Junior, da freguezia de Santa Maria, concelho de Manteigas, distrito da Guarda.

Recurso n.º 130 — recorrente, Florindo Pereira, por seu filho Guilherme, da freguezia e concelho do Sabugal, distrito da Guarda.

Recurso n.º 133 — recorrente, Francisco Fernandes, filho de José Fernandes, da freguezia de Travancinha, concelho de Ceia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 137 — recorrente, Thomazias Joaquina, por seu filho Sebastião, da freguezia de Cidadelhe, concelho de Pinhel, distrito da Guarda.

Recurso n.º 138 — recorrente, Maria Thereza,

por seu filho José, da freguezia de Cidadelhe, concelho de Pinhel, distrito da Guarda.

Recurso n.º 146 — recorrente, Antonio Peres Velloso, por seu filho Manuel, da freguezia da Serra, concelho de Gouveia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 152 — recorrente, Maria Martins, por seu filho José, da freguezia de Valle das Eguas, concelho do Sabugal, distrito da Guarda.

Recurso n.º 160 — recorrente, Maria de Almeida, por seu filho Antonio, da freguezia do Ervedal, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 161 — recorrente, José Marques, por seu filho Manuel, da freguezia de Penalva, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 164 — recorrente, Antonio Marques, por seu filho João, da freguezia de Louroza, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 165 — recorrente, Manuel Caetano, por seu filho Antonio, da freguezia de Penalva, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 166 — recorrente, Eufrazina Rita, por seu filho Leonel, da freguezia de Merve, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 176 — recorrente, Luiz Coelho, por seu filho José, da freguezia de Nogueira do Cravo, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 177 — recorrente, José de Brito, por seu filho Francisco, da freguezia e concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 185 — recorrente, Joaquim Lopes, por seu filho Caetano, da freguezia de Santo André, concelho de Poyares, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 186 — recorrente, Manuel Ferreira, por seu filho Joaquim, da freguezia de S. José da Lavagada, concelho de Poyares, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 188 — recorrente, Francisco Frago, filho de José Frago, da freguezia de Nossa Senhora do Rosario, concelho da Villa da Lagoa, distrito de Ponta Delgada.

Recurso n.º 193 — recorrente, Francisco da Costa, filho de José da Costa, da freguezia de Nossa Senhora do Rosario, concelho da Villa da Lagoa, distrito de Ponta Delgada.

Recurso n.º 194 — recorrente, José de Sousa Cabral, filho de Manuel de Sousa Cabral, da freguezia de Nossa Senhora dos Anjos, concelho da Villa da Lagoa, distrito de Ponta Delgada.

Recurso n.º 196 — recorrente, Manuel da Costa, por seu filho José, da freguezia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Villa da Povoação, distrito de Ponta Delgada.

Recurso n.º 198 — recorrente, José Antonio de Medeiros, por seu filho Antonio, da freguezia de Nossa Senhora da Mãe de Deus, concelho da Villa da Povoação, distrito de Ponta Delgada.

Recurso n.º 200 — recorrente, Francisco Pacheco, por seu filho Antonio, da freguezia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Villa da Povoação, distrito de Ponta Delgada.

Recurso n.º 202 — recorrente, José de Sousa, por seu filho Manuel, do lugar da Lomba do Pomar, concelho da Villa da Povoação, distrito de Ponta Delgada.

Recurso n.º 220 — recorrente, Feliciano de Paiva, por seu filho Manuel, da freguezia de Gafanhão, concelho de Castro Daire, distrito de Vizeu.

Recurso n.º 222 — recorrente, José, filho de José da Costa, da freguezia de Molledo, concelho de Castro Daire, distrito de Vizeu.

Recurso n.º 224 — recorrente, Joaquim Henriques, por seu filho Domingos, da freguezia de Gozende, concelho de Castro Daire, distrito de Vizeu.

Recurso n.º 226 — recorrente, Valentim Pinto, filho de José Pinto Imaginario, da freguezia de Mamoires, concelho de Castro Daire, distrito de Vizeu.

Recurso n.º 229 — recorrente, Antonio Ribeiro, por seu filho José, da freguezia de Reziz, concelho de Castro Daire, distrito de Vizeu.

Recurso n.º 245 — recorrente, José, filho de Manuel Ferreira Christovão, da freguezia de Molledo, concelho de Castro Daire, distrito de Vizeu.

Recurso n.º 261 — recorrente, Antonio Ferreira, por seu filho Antonio, da freguezia de Fauzeiros, concelho de Gondomar, distrito do Porto.

Recurso n.º 274 — recorrente, Francisco Alves, por seu filho José, da freguezia de Santa Eufemia, concelho de Penella, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 278 — recorrente, José, filho de Maria Pereira, da freguezia de Midões, concelho de Tabua, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 282 — recorrente, Joaquim Gil, por seu filho Joaquim, da freguezia do Pinheiro, concelho de Tabua, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 289 — recorrente, Manuel, filho de Casmirio Francisco, da freguezia de Midões, concelho de Tabua, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 290 — recorrente, Francisco, filho de Antonio Borges, da freguezia de Midões, concelho de Tabua, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 297 — recorrente, Antonio, filho de Antonio Pereira, da freguezia de Candoca, concelho de Tabua, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 306 — recorrente, Manuel, filho de Manuel Rodrigues, da freguezia de Midões, concelho de Tabua, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 350 — recorrente, Manuel Henriques, da cidade de Lisboa, e residente em Alcobaca, por seu filho Manuel, e João Mendes, por seu filho José, da freguezia de Afeição, concelho de Alcobaca, distrito de Leiria; e finalmente n'estes trinta e nove recursos, por aproveitarem os recrutados a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 27 de abril de 1860. — *REI.* — *Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*Está conforme. — *Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles.*Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que confere com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 12 de maio de 1860. — *José Gabriel Holbeche,* secretario geral.Conferida. — O chefe da repartição do contentioso, *João Antonio Ferreira de Passos.*

Recurso n.º 804 — recorrente, D. Maria Caetana Furtado de Mendonça Salazar — recorrida, a misericórdia da cidade de Evora — relator, o ex.º conselheiro Joaquim José Dias Lopes de Vasconcellos.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado na secção do contentioso administrativo sobre o recurso em que é recorrente D. Maria Caetana Furtado de Mendonça Salazar, de Aldeia Galega do Ribatejo, e recorrida a santa casa da misericórdia de Evora;

Mostra-se que a recorrente não tendo comparecido dentro do prazo que lhe fora intimado a prestar contas das capellas que administra, instituidas em Monte-mór o Novo por Alexandre de Negreiros, e Diogo de Negreiros, fôra debetida á sua revelia em diversas quantias pelos encargos pios não cumpridos relativos ás mesmas capellas;

Mostra-se que a mesma recorrente, sendo desatendida pelo administrador do concelho os requerimentos com que se oppozera ao resultado das contas da capella instituida por Alexandre de Negreiros, interpozera recurso para o conselho de distrito, allegando que os encargos pios deviam ser considerados em relação á decima parte dos rendimentos da

capella, segundo o artigo 1.º da lei de 26 de julho de 1855, que o prego das missas devia ser de 40 réis cada uma, que era o da usança da terra no tempo da instituição, e que se não devia computar em cento e oitenta missas o meio annual de que trata a instituição; mostrando-se mais que o conselho de distrito denegara provimento n'este recurso, fundamentando o seu accordo na incompetencia da autoridade que tomou as contas, na falta de redacção legal dos rendimentos da capella na occasião em que foram julgados, na pratica e antigo costume devidamente autorisado no arcebispo de Evora de se taxar em 150 réis o prego de cada missa, e em ser inadmissivel que o meio annual, ou seis mezes de missas, de que indistinctamente trata a instituição, se calculasse em outro numero que não seja o de cento e oitenta missas correspondentes aos trinta dias de cada mez, como é uso seguido constantemente n'estas contas;

Mostra-se que na sua petição de recurso para o conselho d'estado expõe a recorrente que o mencionado accordo offende a disposição do artigo 2.º da citada lei de 26 de julho de 1855, confirmando a conta do administrador, que taxou as missas em 150 réis cada uma, violou o artigo 3.º, § unico, approvando a liquidação do encargo annual permanentemente em quantia superior áquella a que podem ser reduzidos os encargos pios da capella de que se trata, e effendeu igualmente as disposições dos artigos 4.º e 10.º d'esta mesma lei, não reformando o despacho do administrador que não suspendeu o andamento do processo das contas depois de instaurada a acção de redução, nem remetteu a contestação das mesmas contas para o juizo contencioso onde devia ser julgada;

Mostra-se finalmente que o processo seguiu os termos legais, mandando-se informar o conselho de distrito com audiencia do administrador que tomou as contas, dando-se vista aos interessados, e ouvindo-se sobre tudo o ministerio publico.

O que tudo visto e devidamente ponderado:

Considerando que o artigo 10.º da citada lei de 26 de julho expressamente determina, que as contestações suscitadas sobre as contas dos encargos pios tomadas pelo administrador do concelho sejam decididas pelo juizo contencioso, ao qual serão remetidos os requerimentos e processo respectivos;

Considerando que n'estes termos o accordo de que se recorre foi proferido com manifesta incompetencia pelo conselho de distrito, que carecia de jurisdicção para tomar conhecimento do recurso;

Hei por bem, conformando-me com a sobredita consulta, annullar por incompetente o accordo recorrido, a fim de que a recorrente possa allegar o direito que julgar ter perante o juizo contencioso na conformidade da lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 3 de março de 1860. — *REI.* — *Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme. — *Antonio de Robredo.*

Está conforme. — Secretaria do conselho d'estado, em 9 de maio de 1860. — *José Gabriel Holbeche,* secretario geral.

RECTIFICAÇÕES

No *Diario de Lisboa* n.º 116, de 22 de maio de 1860, pag. 550, col. 1.ª, no decreto relativo ao recurso n.º 860, na 2.ª lin. do 3.º §, onde diz—que d'elle se exigia—deve ler-se—que d'elle se exigiu—.

Na mesma pag. e col., no decreto relativo ao recurso n.º 826, na 1.ª lin. do 4.º §, onde diz—d'este accordo—deve ler-se—d'este accordo—e na 2.ª lin. do mesmo §, onde diz—proseguiu—deve ler-se—progreuiu—.

No mesmo decreto, na 6.ª lin. do 1.º considerando, onde diz—que a auctorisou—deve ler-se—que o auctorisou—.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

O aviso telegraphico do paquete vindo de Inglaterra estar á vista recebeu-se hontem aos cincoenta minutos da tarde: a mala entrou n'esta repartição ás tres horas e cinco minutos: a distribuição da correspondencia começou ás quatro e vinte e cinco minutos: a pequena posta saiu ás quatro e quarenta e cinco minutos.

Em 22 de maio de 1860.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE ESTREMOZ

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Estremoz, no mez de abril de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SEMILLADAS		NÃO SEMILLADAS		REGISTRADAS	
	CANTAS	JORNAL IMPRESSOS	CANTAS	JORNAL IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE ESTREMOZ						
De posta interna	—	—	—	—	—	—
Do reino e illas	2336	1317	77	7	754	8
De Hespanha	—	—	3	3	—	—
Dalem dos Pyreneos	—	—	9	5	—	—
Das provincias ultramarinas	—	—	3	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios	—	—	1	1	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes	—	—	10	19	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes	—	—	1	—	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	—	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILLAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e illas	2004	20	79	2	1026	9
Para Hespanha	—	—	—	—	—	—
Para alem dos Pyreneos	6	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios	—	—	1	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes	5	—	1	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
	4351	1337	255	87	1780	17
No mez de abril de 1859 o movimento da correspondencia foi de	4170	1056	298	27	1771	11

As correspondencias para terras do reino e illas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Estremoz, e as de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Estremoz, em de maio de 1860. — O administrador, *João Antonio Lido de Faria.*

DIRECÇÃO DAS OBRAS PUBLICAS
NO DISTRITO DO PORTO

ALFANDEGA — CAES

EDITAL

Faz-se publico que, em conformidade com o disposto no artigo 14.º do regulamento de 14 de abril de 1856, no dia 31 de maio corrente, pelas onze horas da manhã, na secretaria da 2.ª secção das obras da nova alfandega do Porto, se procederá em hasta publica ao fornecimento de cem estacas, pelas condições seguintes:

1.ª As estacas terão 10m,0 de comprido, e pelo menos 0m,30 de diametro na parte mais grossa, e 0m,15 na mais delgada.

2.ª Serão de pinho bravo, verde, sem lesões algumas, como parcas caridias, fendas etc., e perfeitamente dessecadas.

3.ª Serão bem desempenadas, não se admitindo em cada uma, flecha maior de um quinto do diametro medio (0m,045).

4.ª As estacas que não satisfizerem ás condições antecedentes serão rejeitadas, sem que o empreiteiro tenha direito a receber por ellas indemnização alguma.

5.ª As estacas serão postas, por conta do empreiteiro, sobre o caes de Miragaya, no local que lhe for designado, ou mandado designar pelo director da obra, segundo as requisições de que trata a 7.ª condição.

6.ª As estacas que, na conformidade da 4.ª condição, forem rejeitadas, serão removidas do caes e praia de Mirag

to, ha de contratar em praça publica o fornecimento de 4.000 feixes de palha de centeio, com as condições que estão patentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadoria do sobredito hospital.

Contadoria do hospital de S. José, em 22 de maio de 1860. — O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

PRIMEIRO DISTRICTO CRIMINAL

Pelo juizo de direito do 1.º districto criminal de Lisboa, e cartorio do escrivão Antonio Feliciano Coimbra, correm editos de sessenta dias para ser citado Francisco Maltz, morador, que foi até 1847, na Bella Vista, freguezia e concelho dos Olivares, para no dito prazo vir a este juizo responder á culpa de que é arguido da morte feita na pessoa de Fortunato, que por sobre nome não perca, na noite de 7 de março de 1847, na estrada proxima á quinta do Armador, em Chellas; com a comminação de que, não se apresentando dentro do dito prazo, se procederá á sua revelia no andamento do processo; e findo que seja poderá ser preso por qualquer do povo, e o deverá ser por qualquer official publico que o encontrar, ou sobre aonde existe, e ser entregue á autoridade judicial do local aonde o for.

Lisboa, 16 de maio de 1860. — O escrivão do 1.º districto criminal, Antonio Feliciano Coimbra.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 25 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho proceder á venda, em hasta publica, dos seguintes generos avariados, julgados inúteis para consumo das guarnições dos navios da armada:

52 arrobas de arroz
604 arrobas de bolacha ordinaria
153 alqueires de legume.

No dia 26 do corrente, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho contratar, em hasta publica, a compra de 400 metros de serafina para cartuchos.

Não se tendo effectuado a compra de 100 folhas de 9 1/2 arrateis de cobre, de novo se abriu praça no dia 26 do corrente, pela uma hora da tarde, perante o conselho de administração de marinha, para se proceder á dita compra.

No mesmo dia, pelas duas horas da tarde, e perante o mesmo conselho, se ha de proceder á compra de doze toneladas inglesas de carvão de pedra (cinzas) para a officina de fundição de ferro do arsenal da marinha.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 22 de maio de 1860. — O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 9 DE MAIO
PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM,
VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello e D. Pedro Brito do Rio.

(Assistom os srs. presidente do conselho e ministro da guerra).

Depois das duas horas da tarde, tendo-se verificado a presença de 26 dignos pares, declarou o ex.º sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da antecedente, contra a qual não houve reclamação.

O sr. secretario Conde de Mello deu conta do seguinte:

Um officio do ministerio do reino, participando não poder satisfazer ao requerimento do digno par marquez de Vallada, porque a commissão de inquerito ao hospital de S. José não apresentou ainda o resultado dos seus trabalhos.

— da presidencia da camara dos srs. deputados, enviando uma proposição sobre a concessão de diversas vantagens aos officiaes e mais praças, bem como aos empregados civis que fazem parte da expedição que vai á provincia de Angola. — As commissões de guerra e de marinha.

O sr. Presidente: — parece-me que a camara concordará em que este negocio é urgentissimo (apoiado); e por conseguinte proponho que elle vá desde já ás commissões de guerra e de marinha, a fim de que ellas dêem hoje mesmo o seu parecer; assim como julgo que seria conveniente dispensar-se a sua impressão para se discutir opportunamente. Vou consultar a camara a este respeito.

Assim se resolveu.

(Continuando) convidou pois os dignos pares, membros das duas commissões, a irem quanto antes tratar d'este objecto; e no caso de faltarem alguns, que sejam substituídos por outros dignos pares.

(Sairam da sala os membros das duas commissões).

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguaiar): — sr. presidente, aproveito esta occasião de estarem suspensos os trabalhos da camara, para fazer algumas considerações aliás importantes.

Sr. presidente, disse eu n'uma das ultimas sessões, que não podia ser juiz no processo do sr. Ferrão, não só por ser ministro da coroa, mas por ser este processo instaurado pelo procurador geral da coroa, que é um agente do governo. Disse ainda mais: que, independentemente d'esta circumstancia, não podia ser também juiz porque era suspeito, como já havia declarado, por ser parente do juiz a quem havia sido dirigida a carta do sr. Ferrão. E sabe v. ex.º o que appareceu publicado nos jornaes: que eu tinha declarado na camara, que não podia ser juiz n'este processo, por ser juiz do supremo tribunal de justiça!

Sr. presidente, quem me conhece ha de, de certo, fazer-me a justiça que eu mereço, de que não era capaz de dizer similhante cousa; porém, quem não me conhece ha de acreditar o que ali menos exactamente se diz. Por conseguinte peço aos srs. tachygraphos que tomem nota d'esta minha declaração, a fim de que cesse o effeito que possa ter produzido uma publicação de tal natureza.

O sr. Presidente: — não posso deixar de dizer a v. ex.º, que não são culpados d'essas inexactidões os tachygraphos d'esta casa, mas sim algumas pessoas que tiram os extractos para os jornaes; nem de outro modo podia isso ser, porque todos sabem fazer justiça a v. ex.º

O sr. Visconde de Athouguia: — observa que não é esta a primeira vez que se dão estas inexactidões, as quaes são originadas pelos extractores que, para diferentes jornaes, vem tirar extractos a esta camara, e que d'isto não tem culpa os tachygraphos d'esta camara, porque elles são só responsaveis pelo que se publica no *Diário de Lisboa*.

O orador já por muitas vezes tem protestado contra diversas inexactidões que a seu respeito se tem dado em diferentes jornaes, as quaes não pôde attribuir senão a certos curiosos, que não ouvem bem o que se diz, e ou põem na boca de um o que outro disse, ou não dão relação exacta do que se passou; mas não vê modo nenhum de se evitarem inexactidões d'esta ordem.

O sr. Presidente: — a camara já está inteirada, como ha pouco eu disse, que esses defeitos não pro-

vém dos tachygraphos da casa, mas de quem faz os extractos para os jornaes.

O sr. Conde de Bonfim: — sr. presidente, eu peço a v. ex.º a bondade de me inscrever para apresentar um projecto de lei, que tem por fim mudar a condição dos officiaes que vão para o ultramar, e para acabar com certas invejas que ha entre elles quando voltam para Portugal.

O sr. Presidente: — v. ex.º vai ser inscripto para o apresentar.

O sr. Visconde de Gouveia: — mal parecerá talvez, sr. presidente, que sentado ha pouco tempo n'esta camara venha já envolver-me na lide das discussões, e tomar a iniciativa em objectos importantes. Mas eu não do tirocinio de alguns annos da carreira judicial, de poucos mezes da vida administrativa. Vi n'este curto espaço quanto estavam longe dos verdadeiros principios de administração judicial. Vi muitas vezes o crime triumphante pela deficiência das leis. Vi o jury sem prestigio, a autoridade sem força, a segurança e a propriedade com garantias ephemeras, e os magistrados fortes e inteiros a lutar com difficuldades e insolências para poderem fazer justiça; doe-me a consciencia de vir a esta casa sem occupar-me antes de tudo de algumas pungentes considerações sobre tã transcendente materia. E animado com a convicção de que hei de ser attendido, porque trato do bem do meu paiz, vou fazer uma moção, que será a vanguarda de outras, e de ponderações que hei de trazer ao parlamento, sempre que para isso tiver occasião.

Sei que o governo por via do sr. ministro da justiça já apresentou na camara dos srs. deputados varios projectos tendentes a melhorar a organização judicial, e a administração da justiça. Sei que esses projectos não de vir mais tarde a esta camara; e que não de servir de base para se melhorar esta parte importante da nossa legislação.

Porém, sr. presidente, quando chegarão a esta casa esses projectos tão extensos e complicados, ao passo que todos os outros ministerios apresentam também projectos de reformas, por cuja urgencia se protesta? Tarde cá não de vir. E o mal pede prompto remedio.

Acuda-se pelo menos ao mais urgente. Tomem-se na presente sessão legislativa algumas mais requeridas e salutar medidas para a repressão dos primeiros abusos. E abra-se o caminho para uma futura mais ampla reforma.

O jury, esta beneficia e liberal instituição, que eu tenho e aprecio por uma das mais solidas garantias da boa ordem e das liberdades publicas, está a desvirtuar-se todos os dias, e a dar armas e argumentos aos seus detractores. Reformemos o jurado, aperfeiçoando o censo, diminuindo o numero, restringindo a sua applicação aos crimes graves somente, e acabando com o desleal e absurdo principio das recusas sem fundamento. Os agravos de injusta pronuncia são um attentado contra a instituição do jury. A prova da consciencia fica subordinada á insufficiencia da prova juridica e escripta. E a impiedade é o resultado d'esta pessima anti-liberal doutrina.

A instituição dos juizes ordinarios, contraria aos principios da igualdade perante a lei, é também uma pungente violação da carta constitucional, que nos garante o julgamento por juizes letrados. Reformem-se já estes tres importantes objectos. Simplifiquem-se os termos e as delongas dos processos. Habilitem-se o governo para fazer a divisão e organização das comarcas no intervalo da sessão. E temos remediado a muitos males, e ficaremos mais desassombrados para concluir depois uma reforma absoluta e ampla.

E n'este intuito que faço a seguinte moção (*leu*). Eu podia reduzir esta proposta aos termos de uma simples interpeção. Mas entendo ha pouco para esta casa, não autorizada ainda a minha palavra para poder ser attendida como demanda este importante assumpto, quiz antes que a camara tomasse parte n'esta moção, e a fortalecesse com a importância que não tenho, e com a unção do seu voto.

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguaiar): — O governo, ainda antes que elle, orador, entrasse para o ministerio, já se tinha occupado do assumpto de que acaba de tratar o digno par, e tanto assim que na outra camara estão pendentes diferentes projectos sobre a administração da justiça, e n'elles se acham comprehendidos esses pontos sobre os quaes recaram principalmente as observações do digno par. Já se vê pois, que o governo não se tem descurado d'este objecto, e elle crê que ainda haverá tempo para se discutirem esses projectos na outra casa do parlamento, a fim de passarem para esta e votarem-se n'esta sessão. Duvida de que se ganhasse tempo em destacar alguns projectos de entre o todo d'elles, e se não haverá algum inconveniente em separar alguns d'esses projectos, para se tratar d'elles especialmente, deixando para mais tarde os outros pontos contidos nos mesmos. N'isso não quer elle entrar agora, e apenas dirá por esta occasião que o governo não deixará de ter em contemplação as considerações adduzidas pelo digno par, a fim de promover quanto em si caiba, e dentro das suas attribuições, o andamento d'esses projectos para se melhorar assim o ramo da justiça, como reclama o digno par, e no que todos nós o acompanhamos (*apoiados*).

A extinção dos juizes ordinarios é um dos pontos sobre que ha accordo em todas as representações das juntas geras dos districtos, e é mesmo que em todos nós. E esse um dos projectos apresentados pelo governo na outra camara, e é evidente que a approvação d'elle importa a criação de novos logares de juizes, e também a necessidade de uma despesa nova. Está porém seguro de que o corpo legislativo não ha de negar-se a votar os meios para se conseguir esse melhoramento. Parece-lhe que o digno par o sr. visconde Gouveia se dará por satisfeito com esta sua declaração.

O sr. Visconde de Gouveia: — A vista da declaração que acaba de fazer o sr. presidente do conselho, eu não posso deixar de dar-me por satisfeito.

Eu, como já disse, e agora o repito, apresentei as minhas observações com toda a modestia, e sem o caracter de interpeção, tendo só em vista o chamar a attenção dos srs. ministros sobre os assumptos que indiquei. Como vejo porém que o sr. presidente do conselho, em nome do governo, declara que tem todo o empenho em que se discutam esses projectos, ou a maior parte d'elles, na presente sessão legislativa, e que, para isso se conseguir, empregará os meios ao seu alcance, eu, em presença d'isto, dou-me por satisfeito.

O sr. Visconde de Balsemão: — Desejava ser informado pela mesa, se teve andamento uma proposta que fiz, e que a camara approvou, para se mandar imprimir o nosso regimento com todas as resoluções que se têm approvado, e que ficam á elle appensas.

O sr. Presidente: — Eu já informo o digno par.

O sr. Visconde de Gouveia: — Pego licença á camara para apresentar um projecto de lei.

O sr. Presidente: — A pratica é que, quando qualquer digno par quer apresentar um projecto de lei, peça ser inscripto para o fazer: no entretanto eu vou consultar a camara se permite que v. ex.º o leia agora.

Concedido.

O sr. Visconde de Gouveia: — Leu e mandou para a mesa o projecto de lei annuciado.

A commissão de instrução publica.

O sr. Visconde de Castro: — Pego licença para mandar para a mesa um parecer da commissão de fazenda (*leu-o*).

O sr. Visconde de Athouguia: — Dê-me v. ex.º licença para eu ler e mandar para a mesa o parecer das commissões reunidas de guerra e marinha (*leu-o*).

O sr. Presidente: — Em resposta á pergunta que ha pouco dirigiu á mesa o digno par o sr. visconde de Balsemão, tenho a informar a v. ex.º, que as resoluções que se têm tomado n'esta casa, alem das que estão no nosso regimento, não se têm impresso, porque se deseja colligir o regimento comprehendendo-as, e d'esse trabalho está encarregado o digno par visconde de Algés.

O sr. Visconde de Balsemão: — Estou satisfeito.

O sr. Presidente: — Como o parecer das commissões reunidas, que acabou de ler o digno par o sr. visconde de Athouguia, é pela sua natureza urgentissimo, talvez que a camara em presença d'isso queira dispensar no regimento para todos os effectos (*muitos apoiados*). Em presença da manifestação que acaba de fazer a camara, vai ler-se o parecer.

PAROER N.º 14

As commissões reunidas da guerra e do ultramar foi presente o projecto de lei, vindo da camara dos srs. deputados, que tem por fim autorisar o governo a poder augmentar os vencimentos dos officiaes, praças de pret, e mais empregados que fazem parte do destacamento que tem de partir para a provincia de Angola.

As commissões reunidas, attendendo á urgente necessidade de auxilium as forças militares n'aquella provincia, são de parecer que o referido projecto deve ser approvado para ser levado á sanção real. As mesmas commissões julgam de seu dever indicar á camara que esta medida é de occasião, e por isso mesmo se deduz a necessidade de que o governo com a maior brevidade apresente ás cortes um projecto de lei em que definitivamente seja organizada a força publica nas provincias ultramarinas.

Sala da commissão, em 9 de maio de 1860. — Conde de Bonfim — Conde de Santa Maria — Visconde de Athouguia — D. Antonio José de Mello e Saldanha.

PROJECTO DE LEI N.º 17

Artigo 1.º E o governo autorisado a conceder aos officiaes e mais praças, facultativos e empregados de saúde, officiaes de fazenda militar, e capellães, que compozerem o destacamento destinado á provincia da Angola, as seguintes vantagens:

1.º Para reforma, para baixa, para concessão de condecorações, ou passagem a veteranos, o dobro do tempo que decorrer desde o dia, em que o destacamento sair o porto de Lisboa, até áquelle em que no seu regresso desembarcar em Portugal.

2.º O dobro dos respectivos vencimentos de soldo, gratificação e pret, durante o referido tempo.

Art. 2.º Aos individuos especificados no artigo antecedente que se impossibilitarem no serviço, e ás familias dos que fallecerem por effeito de ferimento em combate, por desastre, ou por molestias endemicas devidamente comprovadas, serão applicadas as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827.

Art. 3.º Aos officiaes e mais praças da armada que tomarem parte nas operações de terra na mencionada provincia; e bem assim ás familias d'estes serão extensivas as vantagens concedidas n'esta lei.

1.º As disposições do artigo 2.º serão também applicadas aos militares pertencentes ás tropas de Angola, que desde a data da publicação d'esta lei se impossibilitarem no serviço, por effeito de ferimento em combate.

§ 2.º As familias de militares nas circumstancias do § antecedente, que fallecerem por effeito de ferimento em combate, serão também applicaveis as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Palacio das cortes, em 9 de maio de 1860. — Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente — Joaquim Gonçalves Mamede, deputado secretario — Luiz Albano de Andrade Moraes, deputado secretario.

O sr. Visconde de Athouguia: — as commissões reunidas foram explicitas em dar as razões por que approvam unanimemente o projecto de lei vindo da camara dos senhores deputados; mas não lhes escapou a observação de que talvez os meios propostos não sejam só os precisos, nem os unicos convenientes para se conseguir o fim que se tem em vista. Todavia, lavrou-se o parecer porque o sr. ministro da guerra declarou ali, que exporia na camara as idéas que tem para que esta medida seja levada á execução. Como pois está presente agora o sr. ministro, pediu a v. ex.º quizesse ter a bondade de dizer o que se lhe offerecer a este respeito.

O sr. Ministro da guerra (visconde da Luz): — annuindo ao convite feito pelo digno par visconde de Athouguia, eu darei as explicações convenientes.

Sr. presidente, o governo entende que pôde obrigar, debaixo da disciplina militar, a todo o militar a fazer qualquer serviço para que seja detalhado (*apoiados*); mas, sr. presidente, entre o dever e o direito, ha circumstancias diversas a que cumpre attender. Já em epochas passadas houve occasião de se convidarem officiaes e soldados para irem servir na India; lembra-me que um d'esses convites foi feito no tempo d'El-Rei D. José. Também um convite similhante se fez no tempo do general Beresford. E também verdade que n'uma epocha mais recente se mandou também para o ultramar certa força militar, sem haver convites: mandaram-se embarcar, foram, lá combateram e morreram. Ora, a lei de 10 de setembro de 1846 offerece algumas vantagens aos officiaes que forem servir ali, vantagens que realmente o não são, porque o serviço que elles vão fazer é importante e arriscado, pois têm que arrostar com perigos, doenças proprias d'aquelles climas, e as consequencias de tudo isso. E por todas estas razões que o governo tencionava apresentar uma medida que defina a posição d'aquelles que forem servir para o ultramar.

O sr. Visconde de Athouguia: — foi util a explicação dada pelo sr. ministro da guerra; mas eu desejava que s. ex.º dissesse, se, havendo officiaes que queiram ir para o ultramar com as vantagens que lhes dá o decreto de 1846, esses officiaes são aceites; e qual será o destino d'estes officiaes, no fim d'esse serviço?

O sr. Ministro da guerra (visconde da Luz): — o projecto de lei em discussão é claro em quanto ás vantagens; e pelo que respecta ao destino que se ha de dar a esses officiaes, elles não de completar ali o tempo que lhes faltar.

O sr. Visconde de Balsemão: — não obstante a explicação que o sr. ministro da guerra acaba de dar, direi que eu entendo, que todo o militar que for mandado para o ultramar, fazendo parte da expedição que para ali vai, deve ir immediatamente sem fazer a menor reflexão sobre o clima ou outra qualquer circumstancia que se dê, porque a obrigação de todo o official ou soldado é marchar para onde o mandam sem pedir explicações nem fazer reparos; esta obediencia é da essencia da vida militar, e sem ella não pôde haver disciplina nem exercicio.

E por esta occasião referirei o que se deu comigo em certa epocha, em que tive a honra de ser mandado pelo imperador duque de Bragança para Alcobaca, n'uma commissão importante e bastante arriscada, e sem os auxilios indispensaveis; mas com quanto eu reconhecesse o risco e perigo a que me ia expor, marchei logo para onde se me mandava, sem fazer a mais leve reflexão, e lá me apresentei no ponto que se me indicava, e ali fiz tudo o que estava ao meu alcance para o conservar.

Sirva de exemplo o que ha pouco aconteceu em Hespanha, quando ali a honra e a defeza da patria exigia que o exercito hespanhol passasse á Africa; não se perguntou a esse exercito se queria marchar; mandou-se que elle fosse desembarcar nas praias africanas, e o exercito para lá foi immediatamente, porque é isto o que acontece onde ha exercito e disciplina; o exercito deve ser essencialmente obediente; o militar só pôde representar depois de ter cumprido o que se lhe ordenou.

Assim como eu quero que o exercito seja d'aquelle modo disciplinado e obediente, também entendo que elle é digno de toda a consideração, tanto mais quando vai para taes expedições ou campanhas, como esta de que se trata. O militar que vai para a Africa, que vai para um paiz inhospito, e de tão mau clima, e que alem d'isso ainda tem a lutar com outros inconvenientes, expondo assim a sua vida a todo o instante e por tantas circumstancias, é digno de uma grande recompensa, e se se lhe não dá aquillo a que elle tem todo o direito, ao menos dê-se-lhe o que é possível, attentas as nossas circumstancias. E preciso que por uma lei se regulem as vantagens que devem ter todos aquelles, que forem servir nas nossas possessões africanas; mas em quanto essa lei não existe, o militar deve sujeitar-se ao que se lhe manda; por tanto eu approvo o projecto.

Foi approvado na generalidade, e em continuação todos os artigos na especialidade, e a mesma redacção.

O sr. Presidente: — feitos os autographos dos projectos de lei que hontem e hoje aqui foram approvados, aguardam-se as ordens de Sua Magestade, para poderem subir á sua sanção.

A deputação d'esta camara será composta dos dignos pares constantes da relação que se vai ler:

Os srs. vice-presidente, e vice-secretario visconde de Ovar, e dos dignos pares Antonio Macedo Pereira Coutinho, D. Carlos Mascarenhas, Francisco Simões Margiochi, João de Almeida Moraes Pessanha, e Felix Pereira de Magalhães.

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguaiar): — logo que eu receba as ordens de Sua Magestade, dignando-se indicar-me o dia e hora em que recebe a deputação d'esta camara, immediatamente o communicarei a v. ex.º

O sr. Presidente: — logo que se saiba o dia e hora em que Sua Magestade recebe a deputação, serão avisados os dignos pares.

Amanhã reme-se a camara em tribunal de justiça. Mas a proxima sessão terá lugar no sabbado (12 do corrente), sendo a ordem do dia leitura de pareceres de commissões, e a interpeção annunciada pelo digno par o sr. visconde de Fonte Arcada. Está levantada a sessão. — *Eram quatro horas e meia.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 9 de maio de 1860

Os srs. visconde de Laborim; marquez das Minas, de Niza; arcebispo bispo conde; arcebispo de Evora; condes das Alcaçovas, de Arrochella, d'Avilez, do Bomfim, da Louzã, de Mello, de Mesquitella, de Paraty, da Ponte, da Ponte de Santa Maria; bispo de Beja, bispo da Guarda; viscondes de Athouguia, de Balsemão, da Borralha, de Castro, de Fonte Arcada, de Gouveia, da Luz; barão de Porto de Moz; Mello e Saldanha, Pereira Coutinho, Moraes Pessanha, Aguiar, Larcher, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 22 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Sendo um quarto depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 78 srs. deputados. O sr. Presidente: — declara aberta a sessão.

Acta approvada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da justiça, participando que já em 18 de fevereiro de 1856 foram mandadas á camara as representações, que agora foram pedidas pelo sr. Neutel, da camara municipal de Albufeira, e da junta de parochia e habitantes da freguezia de Boliueime, sobre divisão de territorio. — Para a secretaria.

2.º Do ministerio do reino, dando os esclarecimentos pedidos pelo sr. Bivar, relativos á criação de uma cadeira do ensino primario do sexo masculino, pedida pela junta de parochia de Odeceixe, no concelho de Lagos. — Para a secretaria.

3.º Do mesmo ministerio, acompanhando a representação do correio do governador civil de Lisboa, Francisco Pereira de Andrade, cuja remessa á camara foi pedida pelo sr. Balduino. — Para a secretaria.

4.º Do ministerio da fazenda, acompanhando a nota, pedida pelo sr. Barros e Sá, do imposto sobre a transmissão da propriedade nos ultimos cinco annos economicos. — Para a secretaria.

5.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento de Francisco José Pereira de Miranda, em que reclama contra a sua aposentação. — A commissão de fazenda.

6.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a representação em que a camara municipal de Figueiró dos Vinhos pede a concessão do extincto convento do Carmo d'aquella villa. — A commissão de fazenda.

7.º Uma representação dos membros do lyceu de Braga, pedindo que este lyceu seja equiparado em estudos e vencimentos a outros lyceus. — A commissão de instrução publica.

8.º Da camara municipal de Campo Maior, pedindo a criação de uma comarca, com a sua sede n'esta villa. — A commissão de estatística.

9.º Do cabido da sé cathedra de Coimbra, pedindo o augmento das suas congruas. — A commissão ecclesiastica, ouvida a de fazenda.

10.º Da camara municipal de Coimbra, pedindo a supressão do § 2.º do artigo 142.º do codigo administrativo, e bem assim do n.º 2.º do artigo 143.º — A commissão de administração publica.

11.º Muitas assignaturas de cidadãos de Lisboa, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo. — A commissão de fazenda.

12.º Da camara municipal de Almodovar, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo. — A mesma commissão.

13.º Dos habitantes do extincto concelho de Avó, no mesmo sentido que as antecedentes. — A mesma commissão.

14.º De setecentos noventa e cinco cidadãos do concelho de Villa Verde, no mesmo sentido que as antecedentes. — A mesma commissão.

15.º De alguns habitantes de Torres Vedras, no mesmo sentido que as antecedentes. — A mesma commissão.

Di-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Renovo o meu pedido, para que seja prevenido o sr. ministro dos negocios estrangeiros, de que deseje perguntar a s. ex.º qual o estado em que se acha o malfadado negocio do hospital da santa casa da misericordia de Elvas, a cargo da legação de Portugal em Madrid, e chamar a séria attenção de s. ex.º sobre negocio tão grave.

Sala das sessões da camara, 21 de maio de 1860. — L. Mendes de Vasconcellos, deputados por Elvas.

2.º Requeiro que o governo mande com urgencia a esta camara, pelo ministerio da fazenda, a

conta da negociação dos bonds emitidos dentro das obrigações geras de 3.000.000 libras e 2.000.000 libras, creadas por decretos de 29 de agosto de 1857, e 22 de junho de 1859, assim como a correspondencia official que houve a este respeito. — J. T. Lobo d'Avila, deputado por Santarem.

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

«Renovo a iniciativa do projecto n.º 156 da commissão de instrução publica de 30 de maio de 1857, na parte relativa á criação de uma cadeira na faculdade de medicina, e outra na de philosophia da universidade de Coimbra. — O deputado por Coimbra, J. M. de Abreu — Antonio de Carvalho Coutinho de Vasconcellos.»

A commissão de instrução publica.

Tem também segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Do sr. José Maria Rojo, regulando o licenciamento das praças de pret dispensaveis nas diferentes divisões, para serem empregadas em obras publicas.

2.º Do mesmo sr. deputado, regulando as graduações do corpo diplomatico com que devemos ser representados nas diferentes cortes.

3.º Do mesmo sr. deputado, regulando a concessão de pensões.

4.º Do sr. Julio do Carvalho, para a construção de um caminho de ferro do Porto á Regua.

5.º Do mesmo sr. deputado, regulando a concessão de pensões.

6.º Do sr. Julio do Carvalho, para a construção de um caminho de ferro do Porto á Regua.

7.º Do mesmo sr. deputado, regulando a concessão de pensões.

8.º Do sr. Julio do Carvalho, para a construção de um caminho de ferro do Porto á Regua.

9.º Do mesmo sr. deputado, regulando a concessão de pensões.

10.º Do sr. Julio do Carvalho, para a construção de um caminho de ferro do Porto á Regua.

11.º Do mesmo sr. deputado, regulando a concessão de pensões.

12.º Do sr. Julio do Carvalho, para a construção de um caminho de ferro do Porto á Regua.

13.º Do mesmo sr. deputado, regulando a concessão de pensões.

14.º Do sr. Julio do Carvalho, para a construção de um caminho de ferro do Porto á Regua.

atendimento do nobre ministro da justiça, sobre um assumpto grave e acerca do qual urgia tomar promptas providencias.

Pelo artigo 7.º da carta de lei de 18 de julho de 1855 estabeleceu-se que a instrução e julgamento dos processos criminaes nos casos ali designados, ficavam sendo da exclusiva competencia do juiz de direito em toda a comarca: este artigo é diversamente interpretado no foro, e nas comarcas onde ha mais de um circulo de jurados tem dado lugar á questão, se aquelles processos, quando o crime for commettido, ou os réus encontrados e presos n'outro circulo, que não o da sede da comarca, devem ser julgados com o jury do circulo respectivo ou com o da cabeça da comarca.

Nos tribunales de primeira instancia, e mesmo nos de segunda, pelo menos na relação do Porto, uma e outra opinião tem sido seguida, e supposto no supremo tribunal se hajam decidido em conformidade com a primeira opinião os recursos que lá tem subido, todavia como são poucos os processos que ali chegam, resulta de ahí que a lei não é a mesma para todo o paiz, porque decisões n'um e n'outro sentido passam em julgado.

Para obviar a este mal já elle, orador, havia apresentado n'esta casa um projecto de lei, a fim de que o referido artigo fosse declarado e interpretado, segundo a intelligencia, que lhe dá o supremo tribunal, que a seu ver é a unica racional e juridica, visto que o fim da lei foi evidentemente devolver aos juizes do direito as attribuições que até ahí exerciam os juizes ordinarios em taes processos, e não alterar a competencia do jury a respeito d'elles.

Mas a acção do poder legislativo é morosa, e em quanto a interpretação authentica se não fizer, o mal continua, e por isso pede ao nobre ministro da justiça que interprete desde já doutrinalmente o mesmo artigo, e expeça as instruções aos magistrados do ministerio publico, para requererem em conformidade da intelligencia que o governo der, recorrendo, quando os seus requerimentos fossem desatendidos, pois que se o modo de ver do governo fosse o mesmo que o do supremo tribunal, como elle, orador, acreditava, uniformisava-se assim a intelligencia e execução da lei, acabando-se com a especie de seisma que reina no foro a este respeito.

Aguarda a resposta do illustre ministro, reservando-se para depois d'ella expender as mais considerações que o objecto demanda.

O sr. *Ministro da justiça* (Martens Ferrão):—deseja o illustre deputado que o governo interprete doutrinalmente o artigo 7.º da lei de 1855. O governo pôde dar instruções ao ministerio publico para elle, conforme essas instruções, se dirigir; mas isso por forma alguma obriga os juizes; e é melindroso que o governo dê instruções que os juizes podem pôr de parte no pleno exercicio do seu direito. Entretanto tomará em consideração as reflexões apresentadas pelo illustre deputado; e como s. ex.ª disse que já tinha apresentado um projecto de lei a este respeito, está prompto a ir á commissão aonde elle foi remetido, e apresentar os esclarecimentos que se lhe exigirem, porque entende que o melhor meio é resolver a questão pela interpretação authentica, e não pela doutrinal, que não pôde obrigar os juizes.

O sr. *Peveira de Carvalho de Abreu*:—insta pela palavra para responder ao sr. ministro.

O sr. *Presidente*:—declara que lh'a não pôde dar, porque isto não é uma interpegação.

O sr. *Gavicho*:—manda para a mesa um projecto de lei sobre a desamortisação da terra, hoje em poder e administração dos corpos de mão morta: parece-lhe que esta medida é de bastante alcance, e por isso pede que se lhe dê o destino conveniente.

Pede tambem ser inscripto para apresentar um projecto de lei sobre reforma vincular.

O sr. *Calça e Pina*:—manda para a mesa duas representações da junta geral do districto de Portalegre, nas quaes mostra a conveniencia da reconstrução do concelho de Souzel, na comarca de Fronteira; conveniencia que foi tambem reconhecida pelo proprio governador civil d'aquelle districto.

Igualmente manda para a mesa uma representação dos escrivães das comarcas de Portalegre, Fronteira, Évora e Estremoz, pedindo serem consideradas com certas vantagens na proposta apresentada pelo sr. ministro da justiça; e visto que s. ex.ª está presente, pede-lhe que, quando se tratar do projecto que diz respeito aos supplicantes, tenha em consideração esta representação.

O sr. *Costa Lobo*:—manda para a mesa uma representação dos empregados nos bancos e associações commerciaes, pedindo não serem considerados da maneira como se propõe na tabella junta ao projecto da contribuição industrial.

Sabe que o que elles pedem já foi attendido no parecer que deu a commissão; no entanto manda para a mesa a representação para ter o devido destino.

O sr. *Xavier da Silva*:—manda para a mesa um requerimento pedindo mais outra vez as contas do theatro de S. Carlos; e tambem manda para a mesa dois artigos para se adicionarem ao regulamento da casa, em que propõe que as discussões se não possam fechar sem terem fallado dois pró e dois contra; e para se evitar os abusos que se repetem todos os dias de pedirem a palavra sobre a ordem, e fallarem sobre a materia, e por isso propõe que os srs. deputados que têm a palavra sobre a ordem os possam fallar um quarto de hora para sustentar as suas propostas; e tambem propõe que a contagem dos votos seja feita conjuntamente pelos srs. dois secretarios. Como isto é negocio do regulamento, pede que sejam remetidos á commissão respectiva.

Aproveita a occasião para fazer duas perguntas ao governo: a primeira, é que estando a 22 de maio e havendo apenas oito dias, segundo a prorrogação, para estarem as camaras abertas, e tendo o governo segundo o acto adicional e a carta constitucional, cumprido com o seu dever, apresentando no parlamento o orçamento, não vê parecer sobre elle, nem sabe se a camara se quer occupar d'este assumpto, deseja, portanto, que o governo declare se tem tenção de fechar a camara sem se discutir o orçamento, completando assim o quarto anno sem que elle se discuta.

Como está presente o sr. ministro da justiça, deseja tambem saber se a camara se fechará sem se tratar da questão da moeda falsa.

O sr. *Avila*:—como presidente da commissão de fazenda, logo que o orçamento lhe foi apresentado, tratou de o distribuir pelos diversos membros que se haviam de occupar de cada uma das suas partes. Já se fizeram os convites ás commissões que estão no costume de nomear um sr. deputado, para juntos com a commissão de fazenda darem o seu parecer, e a commissão espera que dentro em pouco ha de apresenta-lo á camara.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—antes de occupar-se do objecto especial para que pediu a palavra, responderá ao sr. deputado Xavier da Silva, que provocou algumas explicações da parte do governo. Em primeiro lugar dirá que é intenção do governo propor ao poder moderador, que sejam prorogadas as cortes alem do dia 31 de maio, e que está certo de que se não hão de encerrar as cortes, sem que o orçamento seja discutido.

Em quanto ao outro assumpto a que s. ex.ª se refere, a camara e o sr. deputado sabem, que esse negocio está entregue a uma commissão composta de pessoas respeitaveis, e da parte do governo não

se pôde fazer mais do que entregar-se ao cuidado d'essa commissão, que de certo tratará o assumpto como merece, e apresentará opportunamente o resultado dos seus trabalhos.

Manda para a mesa as seguintes propostas, que tem o destino que lhe vae designado.

1.ª Para ser confirmado e legalizado o credito extraordinario de 35:135574 réis, aberto por decreto de 23 de setembro de 1857, para o serviço da iluminação, calçadas e limpeza da capital no anno economico findo de 1857 a 1858.—A commissão de fazenda, ouvida a de administração publica.

2.ª Para serem confirmadas, na parte em que excedem a autorisação da carta de lei de 7 de junho de 1859, as disposições do decreto organico de 8 de setembro do mesmo anno, pelo qual foi desenvolvida e effectuada a reforma do ministerio do reino.—As commissões de administração publica e de instrução publica.

3.ª Abolindo os passaportes de transito pelo interior do paiz.—A commissão de administração publica.

4.ª Para o governo ser autorizado a reformar a instrução primaria e secundaria, em harmonia com as bases que propõem.—A commissão de instrução publica.

5.ª Autorisando a camara municipal do Cartaxo a dar de aforamento os terrenos da cerca do extinto convento de S. Francisco.—A commissão de fazenda.

O sr. *Presidente*:—todas estas propostas mandam-se publicar no *Diário de Lisboa*.

O sr. *Gonçalves de Freitas*:—manda para a mesa um parecer da commissão de credito predial.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA DO SR. ARROBAS

O sr. *Ministro da justiça* (Martens Ferrão):—a camara sabe as circumstancias em que foram apresentados ao parlamento os documentos a que se refere a proposta do sr. Arrobas, e sobre que versou hontem a discussão. O governo tinha pelo interesse da causa publica e bom serviço estabelecido uma perseguição forte e energica contra uma ordem de crimes que se apresentava dissimulada em alguns pontos do reino: esta circumstancia levou o governo a tomar medidas fortes e energicas para poder chegar ao fim a que se propunha, que era a extinção d'esses crimes, contra os quaes com tanta justiça o paiz e os homens de probidade tanto se insurreccionaram.

Sucedeu um facto notavel, e foi que houve individuos que levantando-se contra o governo, crearam e organisaram jornaes, e assacaram-se ao governo as maiores injurias, atacando a elle, sr. ministro, como sendo o maior criminoso perante o paiz, e como connivente com os individuos, com os perpetradores d'esses crimes. Graves accusações se fizeram ao governo, e contra uma ordem de funcionalismo, pretendendo-se apresentar estes e o governo como cúmplices, e talvez como os principaes auctores d'esses crimes, que todos os governos desta terra têm procurado perseguir para castigar severamente os seus auctores e todos aquelles que fossem n'elles implicados.

Ha uma novidade muito notavel, porque tendo-se n'este paiz, como em todos os outros paizes, muitas vezes feito ataques violentos contra os homens que se acham á frente dos negocios publicos, não se recorda de que em tempo algum, nenhum membro do governo fosse accusado pelos jornaes dos factos de que elle, ministro, foi arguido. As offensas que diziam respeito á sua pessoa, como individuo, não devia apresentá-las á camara, nem pedir d'ellas desatenta: querelou de dois jornaes; um foi condemnado como calumniador, e o outro pediu deprecada para o Brazil, talvez com o intento de expiar o julgamento da causa. Em vista de todas estas circumstancias, entendeu que devia apresentar-se perante o parlamento e pedir uma commissão de inquerito para examinar toda esta questão, e ver a maneira como o governo se tinha conduzido, apresentando depois d'esse exame o seu parecer.

Talvez que este arbitrio que tomou possa ser julgado como excesso de melindre; mas não houve quebra de praticas parlamentares, nem quebra de principios de administração.

A camara tomou conhecimento d'este negocio, nomeou uma commissão especial para o seu exame, e hoje esse negocio acha-se affecto a essa commissão, e ella tem devido conhecimento da materia.

Pede-se a publicação d'esses documentos, de todos os de parte. A camara na sua alta sabedoria resolverá se negocios d'esta importancia, se papeis que dizem respeito a um assumpto importante de administração, devem todos ter publicidade. De certo que n'aquelles documentos ha processos findos; ha outros mesmos que já passou a epocha em que por lei se podiam considerar de segredo, mas ha documentos, ha informações a que pôde estar ligado o proseguimento de novos processos, e sobre os quaes terá ainda de proceder a acção da justiça; e elle, orador, como ministro da coroa, estando á frente da repartição dos negocios da justiça, não pôde deixar de ponderar á camara que seria gravemente inconveniente que se desse publicidade a todos esses papeis sem excepção; pelo menos não será quem proponha, aconselhe ou apoie tal publicação. Pelo contrario, entende do seu dever declarar franca e categoricamente á camara, por parte do governo, que julga de grande inconveniencia publica essa publicação. A camara contudo resolverá como entender em sua sabedoria.

O sr. *Mello Soares* (sobre a ordem):—a camara acaba de ouvir pela boca do sr. ministro da justiça a razão porque os papeis cuja publicação em parte foi hontem pedida, vieram á camara; s. ex.ª declarou que quasi sem vontade sua, mas gemendo de baixo de increpações, injurias e afrontas que offendiam a sua qualidade de homem honrado, e ainda mais a qualidade de ministro da coroa, se viu como violentado a trazer á camara todos os papeis que dizem relação, não ao assumpto que se discutia hontem, mas a um objecto inteiramente estranho, qual o da moeda falsa. S. ex.ª quando pediu á camara para que ella tomasse conhecimento d'estes papeis, teve logo a cautela, como acabou de dizer, de pedir que ella tomasse conta d'elles com a reserva que a sua natureza e gravidade pedia, isto é, que se lhe não desse publicidade, porque ella podia comprometter a acção da justiça, e o interesse da ordem publica.

Esses papeis vieram á camara e foram commettidos ao exame de uma commissão que se tem occupado d'esse exame, e se ainda não apresentou o resultado dos seus trabalhos, é isso devido a causas que a camara não ignora, sendo uma d'ellas a saída de um de seus membros para o ministerio, sendo necessario nomear outro sr. deputado que supprisse a falta d'aquelle na commissão.

Um sr. deputado hontem, do alto da tribuna, referiu-se ao masso n.º 16 d'esses papeis, e com isto julgaram-se alguns srs. deputados offendidos, não sabe se directamente nas suas pessoas, parentes, adherentes, correligionarios politicos, ou como foi. (Vozes:—nada d'isso, nada d'isso, está enganado.) Aceita a declaração, ella serve para o seu fim; esperava-a do cavalheirismo dos illustres deputados, e de proposito a provocou. Estima muito não se ter enganado (*susurro*). Não sabe o que querem então os illustres deputados; se os contradiz, agitam-se; se vae com elles agitando-se tambem! (*riso*). Foi então um sentimento de justiça o desejo de chegar á verdade? (*apoiados*). Bem; ouviram fazer allusão

a um certo masso de papeis, e disseram todos: queremos saber que papeis são estes que apresentou o sr. ministro; é necessario que a camara o saiba (*apoiados*). Muito bem.

Quando hontem viu apresentar a proposta para a publicidade de todos estes papeis, ficou em duvida sobre o modo porque devia votar; mas felizmente a resolução que a camara tomou de não prorrogar a sessão, deu-lhe logar a reflectir para hoje poder votar com consciencia, o que tencionava fazer do modo seguinte:

Não se oppõe a que se publiquem todos aquelles papeis, a respeito dos quaes não possa haver inconveniente, porque não quer que por uma curiosidade, criminosos, se os ha, o que não afirma, nem nega, mas se os ha, se evadam á acção da justiça.

O sr. ministro disse já que entre aquelles papeis ha processos findos, e outros que posto não sejam findos, contudo já passou o tempo do segredo de justiça; a respeito d'estes crê que nenhuma duvida haverá em que se lhes dê publicidade, mas com estradas podem estar outros, o que não sabe, cuja publicação seja altamente prejudicial á administração da justiça.

Manda portanto para a mesa, como emenda á proposta do sr. Arrobas, a seguinte:

«Proporho que se vote a publicação requerida, exceptuando a d'aquelles documentos, cuja publicidade, rompendo o segredo da justiça, possa perturbar ou inutilisar a acção dos tribunales na instauração ou no progresso regular dos processos judicias já pendentes.»—*Mello Soares*.

É admittida, e fica tambem em discussão.

O sr. *Avila* (sobre a ordem):—pede que se leia na mesa o requerimento do sr. Arrobas.

(*Leu-se*).

O sr. *Lobo d'Avila*:—a proposta que acaba de ser lida na mesa compõe-se de duas partes, a primeira com referencia á publicação dos documentos do masso n.º 16, e a outra com referencia á publicação dos documentos que o sr. relator da commissão das obras publicas hontem leu na tribuna. Sobre a publicação d'estes ultimos documentos entendo que não ha questão (*apoiados*), e por isso pede que sejam separados da proposta, e que a camara decida se devem ser publicados no *Diário de Lisboa*.

O sr. *Presidente*:—não julga ser preciso para isso resolução da camara, e parece-lhe mesmo que devem vir já hoje publicados no extracto da sessão, visto que foram lidos hontem na camara.

O sr. *Lobo d'Avila*:—perguntou, e disseram-lhe que, como ficava pendente a discussão, e a camara não tomou resolução alguma, por isso se não publicaram.

O sr. *Presidente*:—bem, mas a respeito d'esses documentos, uma vez que foram lidos na camara, não ha questão nenhuma que hão de ser publicados (*apoiados*).

O sr. *Lobo d'Avila*:—é o que eu desejo.

O sr. *Arrobas*:—pondera que ninguém na camara dos srs. deputados dirigiu accusação alguma ao sr. ministro da justiça, Martens Ferrão, nem a nenhum dos outros membros do actual gabinete, sobre o negocio da moeda falsa. Nenhum deputado de nenhum dos lados da camara poz em duvida a honradez nem o zelo do sr. ministro da justiça, em relação á sua gerencia como ministro na perseguição dos moedeiros falsos (*apoiados*). Se assim é, para que trazer á camara papeis em que o governo declara agora que ha segredos de justiça? Seria para o sr. Martens Ferrão se defender na camara aonde não tem accusador nem accusação?...

Um processo em que só ha defeza não é processo, e o governo bem sabia, que toda a camara em peso daria ao sr. ministro da justiça um voto de confiança, sem precisar ver os papeis que estão na commissão da moeda falsa, porque todos fazem justiça ao sr. Martens Ferrão e ao seu caracter.

Nestes termos, não havendo necessidade imperiosa de tirar taes documentos do seu destino regular que era entrega-los á justiça, o governo praticou um gravissimo erro em os lançar no parlamento, e agora ha de sujeitar-se ás consequencias do seu erro.

Taes documentos já não envolvem segredo de justiça, porque o governo divulgou esse segredo. A camara não faz parte do poder judicial, os deputados não são escrivães nem juizes dos processos de moeda falsa, nem agentes do ministerio publico, que são as unicas entidades depositarias dos segredos da justiça. Os srs. deputados são os representantes da nação, e o sr. ministro, com o que fez, divulgou os segredos de justiça a todo o paiz, porque ao exame dos seus cento e sessenta representantes foram sujeitos todos estes documentos (*apoiados*). Agora onde está o segredo? Nas bocas de cento e sessenta deputados! Taes documentos com esta meia publicidade não são verdadeiros escandalos, são uma verdadeira mina que se pôde explorar para fins politicos (*apoiados*); são um famoso instrumento de diffamação que deve por uma vez acabar, e o meio é dar-lhes uma verdadeira publicidade (*apoiados repetidos*).

O governo com a lei que aqui passou tem o poder de fazer prender os suspeitos de moedeiros falsos antes da culpa formada; e portanto já tinha tempo de ter na cadeia, se quizesse, a todos os compromettidos n'aquelles documentos. Prenda todos os moedeiros falsos, mas todos; não deixe um só fóra da cadeia, e depois publique todos os documentos, que já nenhum dos suspeitos se pôde escapar pela publicação que se fizer.

Mas saiba-se por uma vez quem são os culpados e quem os innocentes. Não tenham a espada de Democles suspensa sobre a cabeça d'aquelles a quem a calumnia quizer ferir, andando ao mesmo tempo os verdadeiros criminosos fóra da acção da justiça (*apoiados*).

No estado da questão seria uma cousa inqualificavel não se imprimir o masso n.º 16. Um dos membros do gabinete lançou na camara a inconsiderada insinuação de que a opposição vinha defender interesses particulares n'esta questão, e teve a imprudencia de acrescentar que sabia quaes foram os escandalos que houve no contrato das estradas, mas que não eram os apontados pelo sr. deputado Antonio José de Avila; e o sr. relator da commissão veio indicar-nos quaes eram esses escandalos: leu tres cartas do sr. visconde de Orta, e indicou os documentos do masso n.º 16, que estava na commissão da moeda falsa.

Conhece de ha muito tempo o honrado caracter do sr. relator da commissão, para suppor que elle tivesse em vista lançar insinuações que denegrissem o quadro das saídas das cadeiras dos srs. ministros; mas o facto é, que fóra da camara se pôde julgar que se quer accusar a opposição de defender os interesses dos moedeiros falsos (*apoiados*); pôde julgar-se que o contrato Langlois tem alguma relação com os documentos da moeda falsa; pôde julgar-se mesmo, sem fundamento, que á falta de razões se quer crear um escandalo para oppor a outro escandalo, e para dignidade da camara ninguém pôde deixar de votar que se publiquem os documentos do masso n.º 16 antes de se votar o contrato Langlois, pois só assim os srs. deputados poderão votar livres da coacção moral que lhes impozeram; pois hoje talvez se julgue lá fóra que se vota a favor ou contra moedeiros falsos, quando se resolve a favor ou contra o contrato Langlois (*apoiados*).

O sr. deputado Mello Soares declarou que os documentos, a que se referiu o sr. relator da commissão, se podiam publicar sem inconveniente para o andamento da justiça, e portanto nenhuma razão vê para que se duvide de votar esta publicação como

foi requerida. Deseja muito que se publiquem todos os massos, porque quer ver desmascarar os verdadeiros criminosos, mas entende que agora se deve tratar unicamente do masso n.º 16, que foi aquelle que o sr. relator citou como prova de escandalo relativo ao contrato das estradas, cuja discussão se não pôde adiar tantas semanas quantas seriam precisas para todos os massos se imprimirem.

Em quanto aos taes documentos do masso n.º 16, que o sr. relator da commissão indicou, poderão imprimir-se d'uma dia para o outro, e depois podem todos os srs. deputados votar a questão Langlois sem recio de votar uma questão de moeda falsa (*apoiados*). Sentiu muito que o sr. ministro das obras publicas tivesse lançado tão injustamente contra a opposição a insinuação de que ella defendia interesses particulares, impugnando o contrato; mas felizmente os factos repellem esta injustiça, pois a camara ouviu ao sr. Antonio José de Avila, chefe da opposição n'esta camara, ler uma proposta para que, rejeitando-se este contrato, o governo fizesse as estradas por sua conta, podendo da-las a pequenas empreitadas. A opposição não propoz que voltasse o contrato á praça, não indicou preferencias de pessoas (*apoiados*); julgou o contrato uma desgraça, e dá ao governo um voto de confiança para que faça as estradas: vota-lhe os meios que elle pede, e portanto ninguém pôde de boa fé supor que a opposição defende interesses particulares, porque a opposição é o que quer é afastar todos os que concorram, e que se façam as estradas por conta do estado.

Entenda-se bem, que é um outro expediente, de que se tem querido lançar mão para apañhar votos a favor do contrato, dizer-se que para haver estradas é necessario votar o contrato Langlois, e que a opposição que o rejeita não quer estradas. Todos querem estradas; todos querem votar os fundos para ellas se fazerem, mas não querem votar tão grossas sommas para se darem a especulações pouco convenientes ao paiz. Querem que se façam estradas com o menor sacrificio possivel do contribuinte (*multos apoiados*). A opposição n'este caso é mais ministerial do que a maioria e o proprio governo.

Conclue pedindo á camara que reservando a questão da publicação geral de todos os documentos da moeda falsa para outra occasião proxima, vote já e desde já a publicação do masso n.º 16, bem como as tres cartas alludidas pelo sr. relator, porque a propria dignidade da camara exige que antes de se votar a questão Langlois, taes documentos sejam publicos, e porque quer que todos se imprimam já e conjuntamente, ha de parecer lá fóra que se quer pela demora da impressão evitar a prompta publicação do masso n.º 16, que foi indicado como contendo documentos que tem relação com o contrato das estradas que se discutia (*Vozes*:—muito bem).

O sr. *Alves Martins* (para um requerimento):—o sr. ministro da justiça, fallando sobre a ordem, entre outras cousas que tencionava analysar quando lhe chegar a palavra sobre a materia, disse, que uma das causas que o moveram a apresentar á camara os documentos, foi uma interpegação que um deputado lhe fez na sessão passada. Como na sessão passada fez uma interpegação acerca de documentos sobre moeda falsa, deseja que s. ex.ª declare se se referir a elle, orador, e referindo-se, s. ex.ª não o pôde tornar responsavel pela remessa d'esses documentos, porque fez a interpegação, nem desculpar o seu procedimento futuro com esse facto, porque embora pedisse e a camara resolvesse que viessem esses documentos, foi debaixo da fórma geral que o sr. ministro os enviaria, não havendo inconveniente; s. ex.ª era o juiz da conveniencia da remessa e publicidade d'esses documentos, e mesmo estes foram pedidos com esta declaração, depois de uma reflexão feita pelo sr. Mello Soares.

O sr. *Ministro da justiça* (Martens Ferrão):—ha pouca exactidão na historia feita pelo sr. deputado. S. ex.ª interpellou-o e pediu que os documentos fossem apresentados em sessão publica, ou em sessão secreta, mas a camara a este respeito não votou. Não quiz, nem quer desculpar-se, porque não entende que tenha culpa; e quando a tivesse tem coragem sufficiente para tomar toda a responsabilidade dos seus actos, sem a querer partilhar com o sr. deputado; não fez mais do que historiar os factos como se tinham passado.

Pedindo o sr. deputado que os documentos fossem apresentados em sessão publica, ou em sessão secreta, reconheceu o principio do segredo, nem é possivel contestar esse segredo nos corpos co-legislaes. A publicidade não é consequencia necessaria da apresentação dos documentos ao parlamento, o contrario está estabelecido na lei fundamental que não faz distincção de meios segredos, estabelece o principio de segredo em absoluto, e por consequencia podem ser apresentados documentos ao corpo legislativo com a reserva de segredo, sem se seguir a sua publicidade.

O sr. *Lobo d'Avila*:—não tinha tenção de fallar n'esta questão; a camara sabe que motivos fallares o levavam a ter toda a reserva n'este assumpto, que para elle, orador, era um dever de delicadeza; todavia desde que não se tratou do interesses que não queria de modo algum defender, mas de atacar um individuo com quem se acha ligado por laços de familia, fallaria ao seu dever moral, ao que deve á sua reputação e á convicção intima que tem da innocencia d'esse individuo, se não tomasse a palavra para o defender.

Sentiu muito que se desse esta direcção errada e odiosa a uma questão de interesse publico, e sentiu ainda muito mais que n'este terreno fosse collocada pelo sr. relator da commissão (*apoiados*). Felizmente os documentos que s. ex.ª leu á camara, e que annunciou como devendo fazer vacillar no conceito que se devia formar a respeito de um dos concorrentes, reduziram-se a meras cartas particulares, pelas quaes um individuo convidava outro á fim de conferenciarem sobre um negocio, sobre concorrerem á praça. Por ventura haverá, não dirá crime, mas mesmo acção que mereça qualquer imputação moral, no facto de um individuo querer conferenciar com outro para ir licitar á praça? Se se tivesse procurado illudir a praça no momento d'ella se realizar, poderia então haver alguma acção criminosa; mas a simples combinação para concorrer ou deixar de concorrer á praça não tem a menor imputação (*apoiados*). É a final de contas o que resultou d'essas cartas e conferencias foi que não se combinaram, e veiu cada um separadamente á praça o que collocou o governo em posição de poder arrematar o contrato com maiores vantagens para o thesouro (*apoiados*).

Sabe que se disse e que se espalhou, que houve exigencias e promessas de sommas avultadas; fallou-se em 50 e 100-000-000 réis, e que havia cartas particulares a este respeito; mas isso é uma completa falsidade, e se existisse algum documento a este respeito, de certo seria apresentado como foram as cartas (*apoiados*).

Portanto se houve o intuito de desautorisar o concorrente o sr. visconde de Orta, de quem se honra de ser genro, que ganhou os seus capitais á custa do seu trabalho honesto e laborioso (*apoiados*), esse intuito caiu completamente por terra com a leitura das cartas, que fez saltar uma gargalhada á camara. Não pede outra cousa senão a publicidade d'esses documentos, e o publico que avale, á vista d'elles, os meios que se empregam ás vezes para chegar a certos fins.

Sente muito que o nobre relator da commissão desse esta direcção á questão que se ventilava, di-

zendo que havia na commissão de moeda falsa um masso de documentos, com o n.º 16, dos quaes resultava compromettimento, não sabe para quem, porque s. ex.ª não apontou o individuo: não reputa que n'essa asserção de s. ex.ª haja a menor referencia a pessoa que lhe tocou, todavia, como s. ex.ª mencionou o facto em seguida a ter querido lançar algum desfavo sobre os concorrentes, entende que é de obrigação moral o publicar-se tudo o que ha a esse respeito, para que não cida indevidamente uma injuria sobre algum (*apoiados*).

N'esta occasião não pôde deixar de lamentar que haja estas meias revelações, esta meia publicidade, porque ninguém pôde estar livre de uma imputação. Se a publicidade deve existir, então seja completa, e tome-se uma resolução a este respeito.

Sente immenso que o sr. ministro da justiça tivesse a debilidade de trazer á camara aquelles documentos, porque sabe fazer justiça, e todos a fazem ao seu caracter de homem probo e honesto (*multos apoiados*). S. ex.ª lá tinha os tribunales para se desaggravar, como já o desaggravaram de accusações nos jornaes se lhe tinham feito, e não deveria dar-se tanta pressa em trazer á camara esses documentos, por quanto, embora por algum tempo sacrificasse a sua reputação, todo o homem publico tem obrigação de o fazer, e tanto mais que a verdade havia de apparecer, e que a camara e o publico faziam já a devida justiça a s. ex.ª (*multos apoiados*).

E quando s. ex.ª julgasse que devia instruir o parlamento do modo por que havia procedido n'este negocio da moeda falsa, escolhesse os documentos na secretaria, e não trouxesse aquelles de cuja publicidade julgava que podiam resultar inconvenientes para a applicação da justiça, por quanto se havia inconvenientes esses já têm tido logar e ha agora que recuar.

Não quer confundir esta questão com a das estradas, e por isso absten-se de entrar agora n'ella.

O sr. *Alves Martins*:—vota pela publicação dos documentos sem restricção nenhuma, porque desde o momento em que o sr. ministro entendeu que devia mandar esses documentos para a camara não ha segredo, nem o principio do segredo com relação aos corpos legislativos se refere a estes casos, mas á discussão dos tratados, e toda a camara sabe a razão por que um tal preceito se estabeleceu na carta, á discussão diz, porque o resultado final desse é publicado por uma lei.

São estas as consequencias de um passo errado do sr. ministro da justiça, que, segundo o declarou da primeira vez que fallou, mandaria esses documentos á camara por um principio politico, porque, tendo sido accusado por muitos jornaes, entendeu que devia referir-se com a opinião d'ella, para que discesse ao ve-las «o ministro da justiça andou bem.» O sr. Arrobas precedeu-n'estas reflexões, e elle, orador, pela sua parte, faz justiça ao nobre ministro, como lh'a fazem todos, porque está convencido de que não ha um só deputado que julgue s. ex.ª cúmplice com os moedeiros falsos, ou connivente com elles (*apoiados gerais*).

Mas com este intuito o sr. ministro sacrificou os interesses da justiça, por quanto, desde o momento em que mandou esses papeis para a camara, que elles foram remetidos a uma commissão, que têm tido lá vé-los os deputados, que se têm tirado d'elles copias, que se têm espalhado por toda a parte o seu conteúdo, e até pelos jornaes, que segredos de justiça pôde haver? O requerimento que elle, orador, fez em novembro do anno passado, quando se abriu a camara, vindo que desde março, em que havia entrado o novo gabinete, se fallava em moedeiros falsos portuguezes e brasileiros, teve por fim pedir ao governo providencias, e que mandasse á camara aquelles papeis que podesse mandar: nem esse requerimento se podia explicar de outra maneira.

Por mais diligencias que se façam, o caso é que o contrato da construção das estradas tem gangrena, e não ha meio de a curar; não é possivel sair da questão, senão abandonando o contrato e adoptando a proposta de sr. Avila para que o governo faça as obras por sua conta (*apoiados*), porque então nem uns nem outros.

Não entra agora n'essa questão, por lhe parecer que o contrato Langlois nada tem com a moeda falsa, que foi trazida á camara pelo sr. relator da commissão, para oppor escandalos aos escandalos que o sr. Avila declarára que havia n'aquelle negocio, nem de outra sorte se pôde entender o appello que o sr. relator da commissão fez para o masso n.º 16 da commissão de moeda falsa, depois de haver lido tres cartas particulares; não foi de certo em bom sentido, foi porque n'esse masso, segundo parece, havia crimes que não acreditavam muitos os que estavam indicados n'elles. Então o sentido da camara foi que se publicassem esses papeis, porque não ha crime nenhum que colloque um homem em situação mais desgraçada, perante a sociedade, do que é o dizer-se-lhe constantemente: «o teu nome está inscripto na lista da commissão de moeda falsa da camara dos deputados.»

Publiquem-se; saiba o mundo todo quem está lá, a qualidade de crime que é, e applicuem-se as leis, que ahí está o sr. ministro da justiça para responder por isso. É persuadido-se de que não ha na camara um voto para que não se publiquem todos, por entender que este mysterio, esta tortura não pôde continuar.

O sr. *José Estevão*:—tem a audacia de consubstanciar em si por um instante todos os lados da assembleia, todas as opiniões, todos os homens publicos e, a ser-lhe permitido, os espectadores, e reputando-se orgão de todos, stygmatisa as demasias, os desvios, as inconveniencias, os tumultos sem fundamento, e as reconvenções sem objecto verdadeiro, e essa grande e terrivel confusão de que hontem foram testemunhas, e que hoje felizmente vê acabada.

Nem deplora, nem se admira d'estas agitações no parlamento, que mostram vida e paixões politicas; mas deplora, enfastia-se, envergonha-se de que ellas tivessem tido tal ordem, tal caminho, tal ascensão, e tal occaso.

Triste e deploravel scena! Na propria epocha em que uma nobre historia, em que o caracter honrado, em que o valor nacional, em que a liberdade não são bastantes para fazerem respeitar um paiz pequeno, porque hoje contam-se as nações pelo numero dos seus canhões, pelo numero dos seus individuos, e pela extensão do seu territorio, triste scena estarem os representantes d'esse paiz a fingir que elles mesmos são corrompidos, e ficção ainda mais horivel, que representam um paiz corrupto. Enfastia-se de tudo isto, de todas estas insinuações para cá e para lá!

Uma voz:—Veiu de lá.

O orador:—Veiu de todos; seja de todos o arrependimento.

Este atravessado de insinuações já foi apresentado como um expediente regular. «Estes homens todos desapareceram, e então façamos as estradas por conta do estado.»

passada, os mais remotos tempos da antiguidade, tudo fica sujeito a uma devassa jancirinha. E alguns destes deputados, avaros da publicação, deploram e accusam ao mesmo tempo o ministro da justiça por ter dado a esses mesmos documentos publicação!

O sr. ministro da justiça, a pedido de um membro da camara, mandou para a mesa os documentos que dizem respeito á questão da moeda falsa, e ao mesmo tempo pediu á camara que nomeasse uma comissão para os examinar: esses documentos vieram, estão na camara, sujeitos ao exame d'essa comissão, e agora diz-se que foi um erro trazerlos, que foi uma debilidade da parte do sr. ministro, mas que como cá estão publicem-se todos: não haja nada que fique occulto.

Elle, orador, quer que se publiquem os documentos, mas não sómente aquellos que não prejudiquem a acção da justiça (apoiados); aquellos que não possam fazer com que algum individuo indicado n'esses documentos se possa escapar ao rigor das leis e da justiça (apoiados).

Vê que por parte de um illustre deputado se deram conselhos ao sr. ministro, os quaes pelo s. ex.º não accite. Disse-se ao sr. ministro que era preciso ter mais coragem para sacrificar a sua reputação ao cumprimento do seu dever: isto tem uma certa apparencia de catonismo; mas elle, orador, quer antes homens demasiadamente sensíveis á opinião publica, do que homens que não façam caso de qualquer imputação que se lhes faça. Os ministros devem ser os homens mais honrados do paiz, e aquellos que não tolerem uma sombra, á menor macula na sua reputação; e então pede ao sr. ministro que siga á frente n'esta carreira, e que ponha de parte os conselhos que se lhe dão.

Mas pede-se a publicação para o masso n.º 16, terrível masso! A publicidade ha de ser para todos os massos.

Disse-se que o sr. ministro foi o culpado de tudo isto, porque trouxe á camara esses papeis. Pois os documentos são mais porque estão na comissão ou pelo que contém em si? Os documentos têm cousas graves porque vieram á camara ou pelo que dizem? Os documentos são tão graves e tão importantes estando na secretaria como tendo vindo á camara.

O sr. Mousinho de Albuquerque não creou o masso n.º 16, esse masso existia.

A camara sabe que por bastante tempo se disse que havia duas ordens de culpados: uma sobre que não havia indícios de culpa, e outra em que entravam homens poderosos, homens influentes, e que estavam vehementemente suspeitos n'estes papeis, e que o ministro perseguia os innocentes e não os que estavam culpados. Que havia de fazer o ministro? Disse, aqui estão todos os documentos, vejão como eu procedi; se é contra os culpados ou contra os innocentes. E não podia a camara examinar por esses documentos o procedimento do sr. ministro, examinar esses papeis com todo o segredo e sigillo da justiça?

Mas a opposição quer que se publiquem todos os processos sem reserva alguma. E tem ella a convicção de que por esta publicação muitos processos não podem ser malogrados? Se tem voto; tenha coragem para dar o seu voto, que elle, orador, admirando o seu valor, não se pôde associar aos illustres deputados.

Não vota com os illustres deputados d'este modo porque acha um meio de resolver a questão, satisfazendo a todas as aspirações de honra e justa deferencia pela publicidade, e sobretudo, para tirar de cima do paiz este instrumento de difamação: acha meio de conciliar tudo isto, sem ficar com remorsos de que, alguns homens implicados n'esta questão, cujos processos estão pendentes, possam vir a ter uma certa escapula.

Não viu nunca o masso 16, e se todos os srs. deputados fossem tão curiosos como elle, orador, o sigillo que a lei manda conservar em certos negocios não se teria quebrado. Mas suppondo mesmo que alguns deputados têm visto os documentos e que têm tomado apontamentos do conteúdo d'elles e das pessoas que n'elles estão inculcadas, podia por ventura equiparar-se isto a uma deliberação solemne da camara, para se publicar tudo, não obstante o perigo remoto ou proximo, provavel ou não provavel, presumivel ou não presumivel, que podia vir d'essa publicitação?

Vota portante a publicidade, mas vota-a como dever no estado em que as cousas estão, mas não a pôde votar senão com restricções (apoiados).

O sr. Avila:—era necessario ver como esta questão veio á camara.

A camara sabe que elle, orador, na sessão de sabbado, procurando demonstrar que era da conveniencia do governo que o contrato que está em discussão fosse rejeitado, e se desse ao governo uma autorisação para mandar fazer as estradas de que trata este contrato por conta do estado, como se tinha feito até aqui, entre outros argumentos que adduzia, havia-se referido a um contrato que sabia existir, dizendo por isso que n'esta questão havia escandalos; e que não tornava por isso responsáveis os srs. ministros.

E volta de proposito a esta circumstancia, porque o sr. ministro do reino fallando, pareceu esquecer o que elle, orador, havia dito por duas vezes em tom bem alto. S. ex.º disse, se ha documentos que façam culpa ao governo, apresentem-se.

Tem a declarar á camara que não sabe de documento algum que faça culpa ao governo (apoiados).

Havia dito que tinha chegado ao seu conhecimento que se tinha celebrado em Paris um contrato, por virtude do qual o concessionario não só se reservava 3 por cento sobre a somma que o governo tinha de dar para pagamento de estas estradas, mas 4 por cento que haviam de ser dados a um outro cavalleiro pelo trabalho que tinha sido para o bom exito da empreza, e que então era conveniente que os poderes publicos soubessem isto, para poderem apreciar devidamente o contrato, e para o poderem rejeitar, como elle, orador, entendia que o deviam fazer.

Hontem foi interpellado pelo sr. ministro das obras publicas e pelo sr. ministro do reino, e instado para que apresentasse o contrato: não o podia apresentar, porque o não tinha, e havia-lhe apenas sido mostrado em circumstancias que não lhe davam logar a que podesse duvidar de que este contrato era authentic.

Hoje esse contrato está publicado em um jornal da capital, e esse jornal declara que está prompto a responder pela authenticidade do documento, e por conseguinte o negocio tomou uma outra face, e o sr. ministro do reino, em consequencia das suas declarações feitas na sessão passada, não tem razão para continuar a sustentar o contrato de estradas que foi sujeito á apreciação da camara.

Declarou solememente na sessão de sabbado, que para mostrar á camara que não estava advogadoando os interesses de ninguém, havia de mandar para a mesa uma proposta em substituição ao artigo 1.º para o governo ser autorisado a mandar fazer as estradas por conta do estado; proposta que então não mandou para a mesa por lhe dizer o sr. presidente que era mais regular guarda-la para quando se discutisse o artigo 1.º do projecto.

A camara já estava preparada para ouvir as revelações que lhe fez o sr. Mousinho, e para outra circumstancia a que se referiu o sr. Lobo d'Avila; e deve dar testemunho de que a asserção feita por

este illustre deputado tambem chegou aos seus ouvidos; tambem lhe disseram que todo este barulho era por causa de um grande escandalo, o de se ter pedido a Longlois grossas sommas, que Longlois não quiz dar; e que era esta a razão da guerra que se lhe estava fazendo.

A camara está lembrada de que o sr. Mousinho pediu com a mesma severidade com que o tinham feito os srs. ministros das obras publicas e do reino, para que se apresentasse o contrato particular a que se tinha alludido, e acrescentou o sr. Mousinho, que se quizesse trazer documentos de escandalos á camara tambem os podia apresentar e ler.

A opposição pediu que os lesse, e effectivamente o sr. Mousinho leu tres cartas, que terão de ser impressas, e depois acrescentou o sr. Mousinho que alem d'estes documentos havia o masso n.º 16, que dizia respeito á questão da moeda falsa. A opposição pediu que se imprimisse. (Vozes:—pediram todos.) Não foi pois a opposição que trouxe a questão a este campo; não foi a opposição que vinculou a questão Langlois com a questão da moeda falsa.

Collocada assim a questão, hoje não se pôde, de forma alguma, votar que se não publiquem os documentos todos que estão no masso n.º 16, sob pena de se concluir logo d'aqui que ha medo de que a publicação d'esses documentos produza o mesmo effecto que a leitura das tres cartas que hontem o sr. Mousinho leu. A opposição, que não trouxe a questão a este terreno, não pôde consentir que sobre ella pese a suspeita de que está advogadoando os interesses de homens que estão comprometidos na questão da moeda falsa (apoiados). É necessario que esses documentos se publiquem. Já que se falou n'elles, não ha remedio se não publica-los para mostrar ao paiz que as accusações que se fazem, não têm nenhum fundamento (apoiados).

Precisava dirigir duas palavras ao sr. ministro da justiça, porque s. ex.º sem querer apresentou ha pouco uma asserção que o feriu.

Disse s. ex.º que havia de mostrar á camara que a sua estada no ministerio da justiça, e os trabalhos a que procedeu a respeito da moeda falsa tinham aberto uma epocha nova.

O sr. Ministro da justiça (Mártens Ferrão):—em consequencia de uma nova lei a respeito dos crimes de moeda falsa.

O Orador:—s. ex.º sabe muito bem que quando occupou a pasta da justiça, tomou a iniciativa de parte d'essa lei. E alem d'isso s. ex.º sabe que trabalhou com todo o zelo, escrupulo e boa vontade para achar o fio do grave crime de moeda falsa, e para mostrar que as autoridades portuguezas tinham empregado todos meios para esse fim. (O sr. Ministro da justiça:—apoiado.) Faz votos para que a camara se queira occupar d'esta questão quando entender conveniente, ou em sessão publica, ou em sessão secreta; e estimará muito que este negocio seja primeiramente tratado em sessão secreta, porque ali ha de dizer cousas, que não quer ainda dizer em publico.

Por esta occasião refere o sr. ministro da justiça um facto que não presenciou, mas que lhe assegurem pessoas que o presenciaram, e chama sobre elle a attenção de s. ex.º. Ha pouco tempo concorreu com s. ex.º em um tribunal, onde se tratava de julgar um jornal que tinha arguido o sr. ministro da justiça. S. ex.º ouviu o seu depoimento, e sabe o segredo e reserva que guardou, sobre tudo quanto era confidencial que se tinha passado no ministerio da justiça. O advogado de s. ex.º empregou todos os meios quantos ponde para o obrigar a revelar esses segredos, mas não tendo annuindo, consta-lhe que esse advogado tirou depois da sua pasta documentos confidenciaes do ministerio da justiça que leu em audiencia, e tão de vagar que deu logar a que os tachygraphos possedessem d'elles tomados. Ora se isto é assim, não ha direito nenhum para hoje vir pedir-se que não se publiquem os documentos a que se tem alludido, sobretudo, documentos que foram mostrados ao sr. Mousinho na comissão de que este illustre deputado não era membro.

(Os srs. D. Rodrigo e Bivar podem novamente a palavra).

Julga não ter com isto offendido a comissão tanto mais quando combate a idéa de que a comissão não tem tido segredos para os membros do parlamento. A comissão franqueou como devia esses documentos a um membro do parlamento, que desconhecendo a natureza confidencial d'esses documentos que lhe foram ministrados, veio muito incompetente e ineffectivamente do alto da tribuna lançar suspeitas sobre pessoas certas e determinadas. Depois d'este facto os documentos não podem deixar de ser publicados.

Faz votos para que se aproxime a epocha de se publicarem todos os documentos sobre moeda falsa; deseja essa publicação, porque o paiz verá que as autoridades portuguezas têm sido accusadas com a maior injustiça e da maneira a mais calumniosa dentro e fóra do paiz (apoiados). O paiz verá os obstaculos e as difficuldades que ellas encontraram para o desempenho dos seus deveres, e o paiz verá os meios tortuosos que tem sido empregados para dar resultados que tem fascinado muita gente, mas que nada tem de real. Faz votos para que a verdade se possa publicar quanto antes, para que se possa saber tudo quanto ha a este respeito, e n'isto está empennada a honra e a dignidade do nosso paiz, não menos que a honra e a dignidade do governo e das autoridades do paiz (apoiados).

Termina votando pela publicação dos documentos a que se refere a proposta em discussão, não se estendendo por ora essa publicação aos outros documentos de moeda falsa.

O sr. Ministro da justiça (Mártens Ferrão):—antes de fazer algumas reflexões que a materia e os discursos de alguns srs. deputados pedem, deve fazer uma declaração muito franca em relação ao illustre deputado que acaba de fallar. No que disse ha pouco referindo-se a uma epocha nova, não teve a menor idéa de ferir nem a reputação do illustre deputado nem os actos da administração de s. ex.º, em quanto geriu o ministerio da justiça; nem fez insinuação alguma a s. ex.º, que sabe perfeitamente que nunca ouso da arma da insinuação. Portanto na referencia que fez não dirigiu insinuação alguma á administração de s. ex.º; mas o facto é que depois da entrada d'elle, orador, no ministerio da justiça, por circumstancias que a camara toda conhece, o governo foi auxiliado por uma lei que o collocou na posição de poder seguir na investigação de um crime que muitas vezes, por deficiência da lei, tinha ficado impune. Referindo-se, pois, á apresentação d'esta lei, á sustentação d'ella e á sua execução, não fez, por forma alguma, uma insinuação em desfavor do illustre deputado.

O sr. Avila:—muito bem, estou satisfeito.

O Orador:—s. ex.º apresentou uma proposta de lei acerca dos crimes de moeda falsa; na comissão e na camara elle, orador, defendeu com todas as suas forças essa proposta apesar de estar na opposição.

Quanto ao facto a que s. ex.º alludiu de que no tribunal da Boa Hora, por occasião de se julgar um jornal que o havia arguido, o seu advogado usou de documentos confidenciaes, quebrando assim o segredo que a respeito d'elles devia haver, sente que s. ex.º não tivesse assistido a toda a sessão do julgamento, porque assim veria que os documentos que o seu advogado leu foram todos ordens mandadas pelo governo, em virtude das quaes se tinham estabelecido procedimentos, ordens dadas genera-

mente, em que se mostrava que o governo tinha mandado proceder a investigações administrativas e judicias em epocha muito anterior á publicação d'aquelle jornal. As ordens eram geraes, e tinham a natureza de confidenciaes, só em quanto não estivessem concluidas as investigações a que se mandou proceder, mas concluidas estas, ou cumpridas essas ordens, podiam ser publicadas. E eram documentos que se referiam a factos consumados, e cujos cumplices estavam já cumprindo sentença. Não houve pois revelação alguma de documentos em que a não devia haver: o que era confidencial, confidencial ficou.

O sr. Avila:—muito bem, estou satisfeito.

O Orador:—sempre que na camara se tem tratado d'esta questão, ha dado testemunho de que as nossas autoridades administrativas e judicias têm andado n'esta questão de uma maneira digna e conforme á missão que exercem. (O sr. Avila:—apoiado.) O governo tem dado a estas autoridades toda a força de que necessitam para proseguir nas investigações sobre este negocio; e estas autoridades todas têm sido arguidas por uma cruzada que se levantou contra ellas, para não poderem proseguir nas investigações que era mister fazer, e mais procedimentos legaes (apoiados). Essas autoridades instantemente provocaram o governo a dar-lhes força e autoridade para poderem reagir contra os obstaculos que se lhes apresentavam; e o governo deu-lhes força, e aquellos funcionarios na maneira por que têm procedido são muito dignos (apoiados). E ali estão perante o paiz os resultados das suas investigações e dos seus trabalhos, não phantasmagóricos, mas reaes e exactos. (apoiados).

Sente que o illustre deputado que o precedeu referisse que os resultados não tinham sido reaes. Desde que entrou na gerencia dos negocios publicos prestou toda a attenção a esta importante questão, e tanto assim que logo apresentou no parlamento uma proposta de lei sobre a repressão dos crimes de moeda falsa.

O illustre deputado já havia apresentado outra n'uma sessão anterior, e s. ex.º sabe que lhe declarou por essa occasião muito francamente na comissão, que tinha todo o seu apoio em relação áquella proposta; e sabe tambem que nunca se recusou a trabalho algum n'este sentido, porque nunca viu, nem vê, a politica nas questões de grande interesse para o seu paiz (apoiados).

Das questões de moralidade não faz nem fez nunca arma politica (apoiados). A sua vida parlamentar é curta e insignificante, mas está registrada (apoiados); responde pelos seus actos. Negou ao illustre deputado o que negaria aos seus collegas e amigos, se elles apresentassem as questões que s. ex.º então tinha apresentado, e contra as quaes votou; mas nunca poz a questão de confiança em questões de vantagem publica.

Respeita todos os caracteres publicos: faz justiça completa ás suas intenções, á sua honra, á sua probidade, e aos bons desejos que têm de servir a causa publica; que lhe tem prestado valiosos serviços, e todos os têm prestado mais ou menos (apoiados).

Mas voltando ao que ia dizendo, isto é, aos resultados menos reaes, a que s. ex.º alludiu, deve declarar muito francamente á camara, que nenhuma investigação foi feita que não tivesse dado perante o poder independente, perante o poder judicial, que não soffre sujeições de outro poder, que não soffre a influencia da autoridade, resultados reaes e muito verdadeiros (apoiados). Mas não se supponha que quer dizer, que no seu paiz ha um bando de criminosos; pelo contrario, o seu paiz sempre repellido o crime, sempre auxiliou a acção da justiça contra os criminosos, e em actos de moralidade; e levanta muito a cabeça quando se trata da sua dignidade nacional, da defeza da sua independencia, e dos principios de justiça e moralidade (apoiados). Os criminosos não têm paiz; todos os paizes os repellem, por consequencia a bandeira nacional não quer cobrir homens que o stygma publico tem reprovado, e os tribunaes têm fulminado mais de uma vez (apoiados, muito bem).

A maior parte dos individuos apurados em consequencia da lei de 4 de julho de 1859, como todos sabem, foram pronunciados pelo poder judicial; e a camara e o illustre deputado não de ser os primeiros a reconhecer e a dar testemunho da integridade, da honradez, da inteireza, e da independencia com que o poder judicial e mais autoridades publicas têm desempenhado os seus deveres nas diferentes attribuições que pela lei lhes foram conferidas (apoiados).

Não se julgue porém que quer fugir á questão dos principios, á questão no campo em que ella foi collocada pelo sr. Alves Martins, referendo-se ao facto do governo ter apresentado na camara documentos, sobre que era conveniente ou de interesse publico que se guardasse segredo; e s. ex.º perguntando qual é a disposição que manda guardar segredo ao parlamento, alem d'aquelle que lhe manda guardar em relação á approvação de quaesquer tratados ou concordatos, deve dizer que a lei que manda guardar segredo ao parlamento é aquella que lhe incumbio o tratar dos negocios publicos. O corpo a quem as instituições fundametas do paiz conferem attribuições importantes, que têm autoridade de superintender na marcha dos negocios publicos, de inquirir a maneira porque o governo se conduz, não ha principio pelo qual se entenda que esse corpo não deve guardar segredo, como o deve guardar outros individuos a quem estão confiadas funções publicas. O parlamento tem que guardar segredo nos objectos de publica administração que pela sua natureza exijam esse segredo. Estes é que são os principios, e não os que o illustre deputado apresentou (apoiados).

Ataque-se o homem, fulmine-se o ministro, censure-se o ministro, impugne-se a oportunidade da apresentação dos documentos, lance-se um voto de censura sobre o ministro, que o recebe com muito boa vontade, mas salvem-se os principios (apoiados). Faça-se a mais severa censura ao ministro, mas não se diga, como se disse, que a camara não tem segredos, porque a lei impõe-lho, pois que l'ho impõe a sua organização (apoiados). A camara comprehendendo a altura da sua missão, e chamada a tomar conhecimento de todos os negocios publicos nas suas diferentes relações, sabe que tem segredos a guardar em relação a muitos negocios.

E demais, isto não se discute, nem se pôde discutir; pôde censurar-se a oportunidade da apresentação dos documentos, podem censurar-se os actos da sua administração; mas envolver com isso a questão de principios, ferir os principios para atacar uma administração, isso não pôde ser! (apoiados) Nunca feriu os principios para atacar os actos das administrações (apoiados).

Não sacrificou, como disse o illustre deputado o sr. Alves Martins, o segredo da justiça. Aqui não ha segredos da justiça, ha segredo da administração; o segredo propriamente da justiça não o sabe o ministro sob pena de criminalidade do juiz que l'ho revelou (apoiados); o ministro não sabe as alturas em que estão os processos em quanto se não dá o despacho da pronuncia, nem sabe do summario até final. Se qualquer homem publico mandar ordem a um juiz para que lhe dê conhecimento do estado em que está um processo começado a intentar, o juiz que cumprir essa ordem, pôde dizer-se réu perante a lei (apoiados).

Não ha segredo de justiça violado, ha segredo de administração confiado a um corpo que tem attri-

buições administrativas; por consequencia não ha autonomia entre o procedimento do ministro e os principios geraes adoptados em toda a parte (apoiados).

Por ultimo dirá, que não feriu nenhum principio ou segredo da justiça, debaixo do ponto de vista em que considera esta questão; a camara tem segredos que deve guardar com a maior cautela, e quanto maior é a altura da sua missão mais graves são as consequencias, se não guardar sigillo no que deve guardar. A camara tem mil meios de apreciar esta questão de uma maneira favoravel ou desfavoravel para o ministro, decida de um modo desfavoravel para o ministro, mas salvem-se os principios (apoiados.—Vozes:—muito bem).

O sr. Nogueira Soares:—manda para a mesa o parecer da comissão de poderes sobre o diploma de lei do governo a respeito da contribuição pessoal.

O sr. Lacerda (Antonio):—remette para a mesa o parecer da comissão de poderes sobre o diploma do sr. deputado eleito marquez de Sousa Holstein.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 22 de maio á chamada um quarto depois do meio dia

Canella, Moraes Carvalho, Braamcamp, Alves Martins, Elentério, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Avila, Barros e Sá, Henriques Secco, Arrobas, Couto Monteiro, Pequito, Pinheiro Osorio, Roballo de Azevedo, Santos Lessa, Pinto Carneiro, Vaz da Fonseca, Aristides, Xavier da Silva, Zeferino Rodrigues, Barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Carlos Bento, Castro Ferri, Conde da Torre, Custodio de Faria, Custodio Rebello, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Mousinho, Philippe Brandão, Bivar, Coelho do Amaral, Gavicho, Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Baltha, Soares Franco, Gaspar Pereira, Pereira de Carvalho, Jacinto de Andrade, Gomes de Castro, Mello Soares, Castro Portugal, Sousa Machado, Calça e Pina, Mamede, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Chrispiano da Fonseca, D. José de Alarcão, José Maria de Abreu, Lacerda (D. José), Costa e Silva (José), Ponte e Horta, Rojão, Mello Gouveia, José Pedro Antonio Nogueira, Julio do Carvalhal, Camara Leme, Freitas Branco, Pinto Tavares (Luiz), Teixeira de Sampaio, Afonseca, Seixas Penetra, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Monteiro Castello Branco, Jacome Correia, Placido, Charters, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Pinto da França, Simão de Almeida, Ferrer, Viçente Blanc, Visconde de Pindella, Visconde de Portocarrero.

Documentos a que hontem se referiu o sr. Mousinho de Albuquerque no seu discurso.

N.º 1.—Ilustrissimo amigo e senhor.—Peço a vossa senhoria o obsequio de passar por este escriptorio hoje ou amanhã na hora que lhe não cause incommodo, para fallarmos de um negocio de interesse reciproco. Como sempre de vossa senhoria attento amigo venerador e muito obrigado.—Visconde de Orla.—Dez, outubro, oitocentos e cinquenta e nove.

RECONHECIMENTO

Reconheço o signal supra. Lisboa, tres de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e nove.—Lugar do signal publico.—Em testemunho de verdade.—Antonio de Abranches Coelho.

VERBA DO SELLO

Logar do sello da causa publica.—P. g. quarenta réis de sello. Lisboa, tres de dezembro mil oitocentos e cinquenta e nove. Numero cento trinta e nove.—Vinha—Lobo.

E trasladada a concertei com a propria a que me reporto e entreguei. Lisboa, oito de março de mil oitocentos e sessenta. E eu Antonio de Abranches Coelho, tabellião, a subscreevi e assigno em publico e raso. Em testemunho de verdade.—Antonio de Abranches Coelho.—R. e S. 120.

N.º 2.—Ilustrissimo amigo e senhor.—Peço a vossa senhoria o obsequio de passar a este escriptorio hoje até ás quatro e meia da tarde, para fallarmos de assumptos que julgo de interesse e necessario. Como sempre ás ordens de vossa senhoria. Attento amigo venerador e muito obrigado.—Visconde de Orla.—S. c., vinte, outubro.

RECONHECIMENTO

Reconheço o signal supra. Lisboa, tres de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e nove.—Lugar do signal publico.—Em testemunho de verdade.—Antonio de Abranches Coelho.

VERBA DO SELLO

Logar do sello da causa publica.—P. g. quarenta réis de sello. Lisboa, tres de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e nove. Numero cento trinta e oito.—Vinha—Lobo.

E trasladada a concertei com a propria a que me reporto e entreguei. Lisboa, oito de março de mil oitocentos e sessenta. E eu Antonio de Abranches Coelho, tabellião, a subscreevi e assigno em publico e raso. Em testemunho de verdade.—Antonio de Abranches Coelho.—R. e S. 100.

N.º 3.—Ilustrissimo amigo e senhor.—Peço a vossa senhoria que com o illustrissimo senhor Tamberg, tenham a bondade de se apresentar n'este escriptorio de duas para as tres horas d'esta tarde a fim de combinarmos o que convier sobre o negocio que nos occupa, e será necessario que o senhor Tamberg venha munido da procuração que lhe deixou o senhor Langron, para os effectos convenientes. Como sempre de vossa senhoria, attento amigo venerador e muito obrigado.—Visconde de Orla.—S. c., vinte e quatro, dez, cincoenta e nove.

RECONHECIMENTO

Reconheço o signal supra. Lisboa, tres de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e nove.—Lugar do signal publico.—Em testemunho de verdade.—Antonio de Abranches Coelho.

VERBA DO SELLO

Logar do sello da causa publica.—P. g. quarenta réis de sello. Lisboa, tres de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e nove. Numero cento trinta e sete.—Vinha—Lobo.

E trasladada a concertei com a propria a que me reporto e entreguei. Lisboa, oito de março de mil oitocentos e sessenta. E eu Antonio de Abranches Coelho, tabellião, a subscreevi e assigno em publico e raso. Em testemunho de verdade.—Antonio de Abranches Coelho.—R. e S. 140.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Porto.—Segundo escreve o *Jornal do Norte*, continúa a dizer-se que alguns capitalistas portuguezes tratam de formar uma companhia para a construção de um caminho de ferro do Porto a Braga.

Na estrada da Bandeira, que se anda construindo ao sul do Douro, principiam-se a collocar no dia 15 do corrente, diz o *Amigo do Porto*, os carris para um caminho de ferro de serviço para as obras que alli se estão fazendo. E director d'estes trabalhos o chefe de secção Augusto Montenegro.

Vianna do Castello.—A *Aurora do Lima* confirmá as noticias que já hoje publicamos sobre o estado

das vinhas n'este districto. No seu n.º de 18 do corrente diz este jornal o seguinte:

«São por em quanto muito satisfactorias as noticias que temos de diferentes pontos do districto, a respeito do estado das vinhas. Podemos asseverar, em vista de informações dignas de todo o credito, que o *oídio* se não tem desenvolvido, e que apenas n'um ou noutro sitio, e em certas qualidades de videiras, existem leves e raros indícios d'aquelle terrível flagello. As chuvas dos ultimos dias parece que, longe de as prejudicarem, têm dado ás vinhas mais vigor e mais bello aspecto. A uva nasceu em grande quantidade, e os cachos têm adquirido notavel desenvolvimento.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 19 do corrente, e de Paris até 17.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Napoles, 18 de maio.—As tropas reaes derrotaram as forças de Garibaldi, atacando-as á bayoneta, perto de Calatufini. Os revoltosos deixaram a bandeira no campo de batalha, bem como muitos mortos e feridos, entrando n'este numero um dos chefes.

Turim, 17.—A esquadra sarda recebeu ordem para se concentrar, a fim de fazer face a todas as eventualidades.

Não se confirma a noticia de novas expedições para a Sicilia. Para este ponto iam partir de Napoles novas forças.

Marsella, 17.—Dizem as correspondencias de Napoles que o boato de que Garibaldi tinha feito uma tentativa sobre Calabria tinha causado o maior pânico na corte, e que o rei mandou immediatamente emmalhar todas as suas joias, diamantes, quadros e mais objectos de valor.

Chegou um vapor de Palermo com 200 fugitivos.

No dia 10 teve lugar uma manifestação politica, composta de 30.000 individuos, que andaram percorrendo as ruas. A policia interveiu e ficaram algumas pessoas feridas. Uma chuva de flores caindo sobre os revolucionarios pelas ruas por onde elles transitavam. No dia seguinte ao d'esta manifestação appareceram quatro agentes da policia apunhalados. As autoridades hesitavam nas medidas que deviam adoptar.

Os revoltosos devem ser em grande numero, por quanto a sua linha de batalha se prolonga desde Trapani até Momeales. Esta ultima cidade estava ainda em poder das tropas reaes, que resistiram a quatro ataques.

Os soldados napolitanos começavam a desanimar, e um dos batalhões negou-se a entrar em fogo.

Os tripulantes de um navio chegado hontem a este porto (Marsella) dizem que ao passarem por diante de Marsala viram bandeiras encarnadas, ignorando porém se eram inglesas para protecção dos seus nacionaes, ou se eram arvoradas pelos revolucionarios.

Paris, 17.—A questão italiana complica-se porque um corpo dos voluntarios de Garibaldi, que se dirigia para Napoles, atravessou uma porção do territorio romano.

Munich, 17.—Diz a *Gazeta de Munich* que a Russia protestou contra o ataque feito ao reino das Duas Sicilias.

A esquadra franceza, que devia partir para Napoles, recebeu contra-ordem.

Os ultimos despachos confirmam a noticia de que a insurreição tem tomado maior desenvolvimento, achando-se os revoltosos senhores de quasi toda a ilha; não é porém official a noticia de que occupam já Palermo, como se dizia.

Affirma-se que os 5.000 homens, que ultimamente embarcaram em Genova, desembarcaram no golpho de S. Estevão perto de Orbitella, pequena cidade da Toscana, na fronteira dos estados romanos.

Turim, 19.—Palermo, 16.—Garibaldi derrotou hontem as tropas reaes em Alcamo. Pioppo e outros emigrados conseguiram desembarcar.

Marsella, 18.—Diz-se que a divisão Basaine, que devia regressar da Lombardia, recebeu do governo francez ordem para se conservar ali.

O regimento n.º 33, que foi para Paris, deteve-se em Manosque, partindo depois para Toulon.

Paris, 19.—A *Patrie* diz ser inexacta a noticia de que as forças de Garibaldi atravessassem os estados romanos.

A evacuação de Roma pelas tropas francezas, segundo affirma a *Opinión Nacional*, foi adiada.

Trieste, 18.—Todos os navios de guerra austriacos, que estão estacionados em Pola, receberam ordem para seguir viagem para a Sicilia.

Turim, 19.—O governo sardo combate na *Gazeta Official* a expedição de Garibaldi, em consequencia das gestões de varios ministros estrangeiros; declara ter empregado quantos meios legaes e prudentes tinha ao seu alcance para evitar similhante acontecimento, porém que todos os seus trabalhos foram inuteis perante as sympathias populares a favor da Sicilia; e que sem negar o seu interesse pela Italia, conhece, respeita e sabe fazer respeitar no seu paiz os principios e o direito das nações.

Almansa, 19.—A uma hora e meia da noite manifestou-se um formidavel incendio na estação do caminho de ferro. O fogo começou na chaminé da casa destinada ao sub-chefe, e em poucos instantes se communicou a todo o edificio, causando perdas sensiveis. Felizmente não morreu pessoa alguma.

HESPAÑIA

O chefe carlista Elio, apenas foi posto em liberdade, partiu de Tortosa para Barcelona, fencionando regressar a França. (El Dia.)

